

REVISTA REDAÇÃO

14/09/2014 - Ed. 37



No caminho da guarda compartilhada

Comissão do Senado aprova projeto de lei que torna regra a guarda compartilhada, deixando os pais mais próximos de garantir o convívio igualitário com os filhos após as separações

// O estranho destino do software livre //

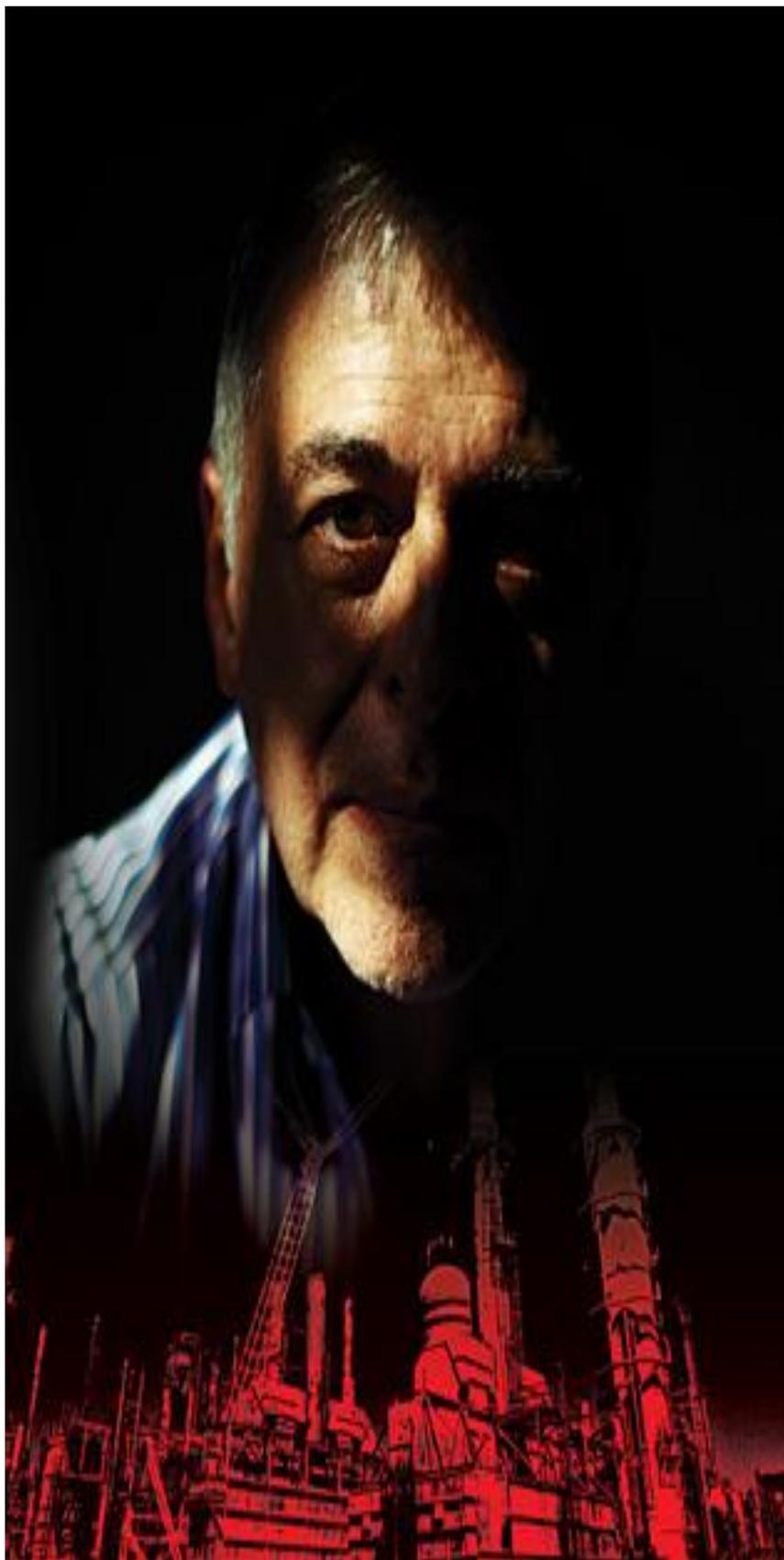
O software livre encarna mais do que nunca a resistência contra a privatização do saber e da cultura.



No rastro do dinheiro da **Propinobrás**

(MÁRIO SIMAS FILHO, SÉRGIO PARDELLAS e JOSIE JERÔNIMO)

No rastro do dinheiro da Propinobrás (MÁRIO SIMAS FILHO, SÉRGIO PARDELLAS e JOSIE JERÔNIMO)



Entenda como o esquema na Petrobras abasteceu o caixa de aliados do governo e conheça os novos nomes denunciados pelo ex-diretor de Abastecimento Paulo Roberto Costa na delação premiada

HÁ DUAS semanas, uma equipe composta por integrantes da Polícia Federal e do Ministério Público trabalha arduamente para detalhar como funcionaria o propinoduto instalado na Petrobras para abastecer políticos aliados do governo Dilma Rousseff. Até agora, eram conhecidos trechos da delação do ex-diretor de Abastecimento e Refino da Petrobras Paulo Roberto Costa, considerado o maior arquivo vivo da República. Em depoimento à Polícia Federal, o ex-executivo da estatal entregou nomes de políticos e empresas que superfaturaram em 3% o valor dos contratos da Petrobras exatamente no período em que ele comandava o setor de distribuição, entre 2004 e 2012.

HOMEM BOMBA - O ex-diretor de Abastecimento da Petrobras Paulo Roberto Costa depôs novamente à PF, na última semana, e apresentou novos nomes envolvidos no escândalo

Já se sabia que dessa lista faziam parte figuras graúdas da República, como os presidentes do Senado, Renan Calheiros, e da Câmara, Henrique Eduardo Alves, o ministro de Minas e Energia, Edison Lobão, o ex-governador do Rio Sérgio Cabral, a governadora do Maranhão, Roseana Sarney, João Vaccari Neto, secretário nacional de finanças do PT, Ciro Nogueira, senador e presidente nacional do PP, Romero Jucá, senador do PMDB, Cândido Vaccarezza, deputado federal do PT, João Pizzolatti, deputado federal do PP, e Mário Negromonte, ex-ministro das Cidades, do PP, e até o ex-governador de Pernambuco Eduardo Campos, morto em acidente aéreo no mês passado. No entanto, a relação de nomes entregue pelo ex-executivo da Petrobras é ainda mais robusta. ISTOÉ apurou com procuradores e fontes ligadas à investigação que, além desses políticos já citados, também foram delatados por Paulo Roberto Costa o deputado Eduardo Cunha (PMDB-RJ), o governador do Ceará, Cid Gomes, e os senadores Delcídio Amaral (PT-MS) e Francisco Dornelles (PP-RJ).



O DOLEIRO AMEAÇA FALAR - Envolvido na Operação Lava Jato, o doleiro Alberto Youssef, que também está preso, tem sido pressionado a contar tudo, em troca de benefícios

Na semana passada, as investigações avançaram sobre o rastreamento do dinheiro desviado. Os levantamentos preliminares já confirmaram que boa parte da lista de parlamentares e chefes de governos estaduais contemplada, segundo o delator, pelo propinoduto da Petrobras, tem conexão direta com as empresas envolvidas no esquema da estatal. Levantamento feito na prestação de contas registradas no Tribunal Superior Eleitoral (TSE) revela que cinco empreiteiras acusadas de participar do esquema este ano doaram quase R\$ 90 milhões a políticos relacionados ao escândalo. Procuradas por ISTOÉ, as empresas envolvidas respondem em uníssono que as doações “seguem rigorosamente a legislação eleitoral”. A PF, no

entanto, apura a origem dos recursos doados e se, além dos repasses oficiais, houve remessas ilegais. Suspeita-se que as doações eleitorais sejam usadas para lavar e internalizar o dinheiro depositado no exterior. Instada a colaborar, a Justiça da Suíça, país por onde circularam receitas provenientes de superfaturamento dos contratos da Petrobras, já deu o sinal verde para a cooperação.



FACHADA - O governador do Ceará, Cid Gomes, delatado por Paulo Roberto Costa, nega que tenha envolvimento no caso

A análise do mapa de distribuição do dinheiro para as campanhas de políticos ligados ao escândalo mostra que os repasses financeiros nem sempre guardam relação com o perfil econômico dos Estados. Essa constatação intriga a PF. É o caso de Alagoas, Estado do presidente do Senado, Renan Calheiros (PMDB-AL), um dos personagens citados no testemunho do delator. Em uma unidade da federação em que as principais atividades são a indústria açucareira e o turismo, as empreiteiras contratadas pela Petrobras não têm nenhum interesse de investimento ou projetos no estado. Mesmo assim, abarrotaram o caixa de campanha de Renan Filho (PMDB), herdeiro político do senador. Cinco empresas relacionadas ao esquema entraram com R\$ 8,1 milhões na

campanha, o equivalente a 46,8% dos R\$ 17,3 milhões arrecadados pelo diretório estadual do partido, presidido pelo parlamentar. No fim de agosto deste ano, um cheque de R\$ 3,3 milhões da Camargo Corrêa irrigou o caixa controlado por Renan. Para que os recursos não saíssem diretamente para a campanha do filho do presidente do Senado, o dinheiro foi pulverizado em campanhas de deputados estaduais de diferentes partidos que compõem a coligação formada em torno de Renan Filho. Partidos como PDT, PT, PCdoB e PROS dividiram os recursos. O senador reagiu indignado ao vazamento do acordo de delação e negou proximidade com a diretoria da Petrobras. “As relações nunca ultrapassaram os limites institucionais”, afirma o parlamentar alagoano. A Camargo Corrêa foi levada à investigação da PF pelo doleiro Alberto Youssef, responsável pela lavagem do dinheiro ilegal da Petrobras. Em uma mensagem interceptada, ele reclamou que adiantou dinheiro à empreiteira e que não sabia como cobrar a dívida, de R\$ 12 milhões, por ser amigo de diretores da empresa.



COMO A ENGRENAGEM ALIMENTAVA OS ALIADOS

Segundo a PF, parte do dinheiro obtido pelo superfaturamento nos contratos da Petrobras é usada para abastecer as campanhas dos parlamentares envolvidos no esquema. Até as doações oficiais serão rastreadas

1

Cruzamento dos nomes de empresas e políticos denunciados pelo ex-diretor da Petrobras Paulo Roberto Costa junto ao registro do financiamento de campanhas no TSE indica a proximidade entre os envolvidos



2

Já foi descoberto que pelo menos R\$ 90 milhões foram oficialmente doados pelas empresas investigadas a parlamentares apontados pelo delator (leia na pág. 41)



3

A partir do levantamento, a relação dessas empresas com os parlamentares beneficiados será detalhada. O objetivo é saber a origem dos recursos doados e se, além dos repasses oficiais, houve remessas ilegais. Em alguns casos, será pedida a quebra de sigilos bancários



4

Para fazer o rastreamento, a Polícia Federal e o Ministério Público já solicitaram a colaboração da Justiça suíça, por onde passam recursos provenientes de superfaturamento dos contratos da Petrobras. O governo suíço já afirmou que irá contribuir



5

Tanto a PF como o MP suspeitam que as doações eleitorais sejam usadas para lavar e internalizar o dinheiro depositado no exterior

As denúncias do ex-diretor da Petrobras, feitas no depoimento concedido ao juiz Sérgio Moro, especialista em lavagem de dinheiro, atingiram as duas principais autoridades do Poder Legislativo. Além de Renan, Costa também mencionou o presidente da Câmara, Henrique Eduardo Alves (PMDB-RN), como beneficiário do esquema criminoso. Alves viveu por semanas a pressão de submeter o deputado André Vargas (PT-PR), amigo do doleiro Youssef, às instâncias do conselho de ética da Casa. Agora, ele próprio se vê envolvido na incômoda lista de políticos apontados pelo delator. Alves nega ter recebido recursos de Paulo Roberto Costa, mas, a exemplo de Renan, tem a campanha abastecida por empresas situadas no epicentro do escândalo. Henrique Eduardo Alves lidera a corrida ao governo do Rio Grande do Norte. Até agora, recebeu R\$ 6,7 milhões de três empreiteiras apontadas no esquema de desvio de verbas da estatal. A relação do presidente da Câmara com a Petrobras é antiga. Sua influência nos quadros da estatal alcança desde grandes postos no Rio de Janeiro até a gestão da Refinaria Clara Camarão, no seu Estado. Só para alojar um apadrinhado na refinaria, o presidente da Câmara ordenou em 2012 a constituição de uma nova gerência de serviços especiais. Trata-se de Luiz Antônio Pereira. Um ano antes, a refinaria Clara Camarão havia passado por um pente fino do TCU e o tribunal encaminhou a auditoria para o Ministério Público, com o objetivo de esmiuçar indícios de superfaturamento e contratos sem licitações que marcaram a gestão da obra.



BENEFICIÁRIO - Mencionado pelo ex-diretor da Petrobras na delação premiada, o senador Delcídio Amaral obteve recursos para sua campanha de empresas citadas como integrantes do esquema

Incluído também na lista do ex-diretor da Petrobras, o senador Romero Jucá (PMDB-RR) viu brotar na conta bancária do diretório partidário que preside em Roraima recursos provenientes das empreiteiras citadas no esquema. A OAS, Andrade Gutierrez e UTC doaram, juntas, R\$ 1,6 milhão ao projeto político do PMDB no Estado. O valor que as empreiteiras repassaram à sigla de Jucá é maior do que os recursos transferidos das empreiteiras para o PSB, partido do cabeça de chapa da coligação do PMDB: o comitê do candidato ao governo Chico Rodrigues, que tem o filho de Jucá, Rodrigo Jucá, como candidato a vice, arrecadou R\$ 615 mil.

Em seu depoimento à PF, Paulo Roberto Costa revelou que as empreiteiras contratadas pela Petrobras eram obrigadas a fazer doações para um caixa paralelo de partidos e políticos integrantes da base de sustentação de Dilma. Seguindo o rastro do dinheiro, a investigação mostra que, até agora, as empresas contratadas pela Petrobras engordaram o caixa do PMDB em R\$ 15,5 milhões. Enquanto os peemedebistas adotam um método pulverizado de doação de campanha, o PT é o que concentra a maior fatia do dinheiro das empresas citadas no escândalo. Andrade Gutierrez, OAS, Queiroz Galvão, Engevix e UTC destinaram R\$ 28,5 milhões à direção nacional do PT. À candidata Dilma Rousseff, R\$ 20 milhões foram repassados pela OAS e outros R\$ 5 milhões pela UTC.



CITADO - O senador Francisco Dornelles, alvo do delator Paulo Roberto Costa, obteve R\$ 400 mil da Andrade Gutierrez e R\$ 800 mil da Queiroz Galvão

A rede de corrupção guarda íntima relação com problemas de gestão identificados pelos órgãos de fiscalização na execução de outras obras de refinarias. No Maranhão, a pressa política do PT em apresentar a pedra fundamental da Refinaria Premium custou R\$ 84,9 milhões à Petrobras. O lançamento foi feito sem o projeto básico e o consórcio de empreiteiras contratado atrasou o início das obras, pois os terrenos ainda estavam sub judice. Ainda no Estado maranhense, o filho do ministro de Minas e Energia, integrante da lista de Paulo Roberto Costa, e candidato do PMDB ao governo do Maranhão, Lobão Filho, recebeu para sua campanha R\$ 500 mil da empresa Andrade Gutierrez.

A PF apura ligações do candidato com a empresa fornecedora de material para a construção da refinaria, no município de Bacabeira. O ex-ministro de Minas e Energia Silas Rondeau atua há muito tempo nessa área para a família do ex-presidente José Sarney (PMDB), pai da governadora do Maranhão, Roseana Sarney. Quando saiu do ministério, Rondeau foi trabalhar na Engevix, uma das cinco empreiteiras abraçadas pelo escândalo.

Recém-incluído na rumorosa relação do delator, o senador petista Delcídio Amaral também obteve recursos para sua campanha de empresas mencionadas como integrantes do esquema. A campanha de Delcídio ao governo de Mato Grosso do Sul recebeu R\$ 622 mil da OAS, R\$ 2,8 milhões da Andrade Gutierrez e R\$ 2,3 milhões da UTC. Entre 2000 e 2001, Delcídio ocupou a diretoria de Gás e Energia da Petrobras. Com a eleição de Luiz Inácio Lula da Silva para presidente, em 2002, ele se transferiu do PFL para o PT e apadrinhou a indicação de Nestor Cerveró, primeiro para a área de Gás e Energia, ocupada por Ildo Sauer, e, finalmente, para a área Internacional. Um dos depoentes da CPI da Petrobras no Congresso na última semana, Cerveró encontra-se no rol de investigados no escândalo da estatal.



ELE, DE NOVO - O deputado Eduardo Cunha é outro integrante do PMDB incluído na lista do ex-diretor da Petrobras

Outros três políticos que aparecem no escândalo receberam, direta ou indiretamente, dinheiro das empreiteiras acusadas de irregularidades nos contratos com a Petrobras. O deputado Cândido Vaccarezza (PT-SP) foi agraciado com R\$ 150 mil provenientes da UTC. Já o senador Francisco Dornelles (PP) obteve R\$ 400 mil da Andrade Gutierrez e R\$ 800 mil da Queiroz Galvão. À ISTOÉ, Dornelles admitiu que conhece Paulo Roberto Costa, mas, segundo o senador, não houve qualquer participação dele nessas doações. "Todas as doações recebidas pelo diretório do PP no Rio tiveram como origem empresas juridicamente aptas a fazê-las", afirmou. O ex-ministro das Cidades Mário Negromonte foi contemplado com R\$ 200 mil da OAS e R\$ 100 mil da UTC. Na delação que fez à PF, Paulo Roberto Costa menciona ainda o governador Cid Gomes, do Ceará, com quem negociou a instalação de uma minirrefinaria no Estado. O projeto seria apenas uma fachada para um esquema de lavagem de dinheiro por meio de empresas que nunca sairiam do papel, conforme ISTOÉ denunciou em abril. "Não sei quem é Paulo Roberto. Nunca estive com esse cidadão e sou vítima de uma armação de adversários políticos", disse o governador Cid Gomes à ISTOÉ na tarde da sexta-feira 12.

Quando a Polícia Federal iniciou as apurações, os investigadores tentaram abraçar um universo de temas. Sob a guarda do juiz federal Sérgio Moro, a PF buscava provas de crimes de evasão de divisas, contrabando de pedras preciosas e tráfico internacional de drogas, mas tinha dificuldade para amarrar uma linha de trabalho e caracterizar a ação de uma quadrilha. O acordo de delação do ex-diretor da Petrobras contribuiu, e muito, para apontar um rumo. Mas, para se livrar dos 50 anos de prisão que teria de pagar pelos seus crimes, Paulo Roberto Costa terá de trazer provas. Todos os políticos rechaçam as acusações do delator com o argumento de que não foram apresentadas provas. De fato, para que o depoimento do delator tenha relevância na elucidação da rede de corrupção, Costa terá de materializar suas afirmações. Pelo que se pode depreender até agora, as movimentações feitas com os recursos desviados da Petrobras abrangem o caixa formal dos candidatos, como mostra esta reportagem, e também dinheiro de caixa 2. No curso de seu trabalho para desvendar as tenebrosas transações, Sérgio Moro deu uma ordem: não quer depender de grampos ou suposições e vai fugir da "teoria do domínio do fato", método que permeou o julgamento do mensalão, o maior escândalo de corrupção dos governos do PT.

QUANTO E DE QUEM CADA UM LEVOU

Os primeiros levantamentos feitos a partir da delação premiada mostram que os políticos acusados por Paulo Roberto Costa receberam oficialmente recursos de empresas envolvidas no escândalo

RENAN FILHO.

candidato ao governo de Alagoas pelo PMDB. As doações foram para a direção estadual da legenda presidida pelo senador Renan Calheiros (PMDB-AL), citado por Costa no depoimento de delação



OAS – R\$ 2 milhões

Queiroz Galvão – R\$ 1,85 milhão

Camargo Corrêa – R\$ 3,3 milhões

Andrade Gutierrez – R\$ 500 mil

UTC – R\$ 500 mil

MÁRIO NEGROMONTE JR.,

candidato a deputado federal pelo PP e filho do ex-ministro Mário Negromonte, citado por Costa



OAS – R\$ 200 mil

UTC – R\$ 100 mil

CÂNDIDO VACCAREZZA,

deputado do PT candidato à reeleição e citado no depoimento de delação



UTC – R\$ 150 mil

PMDB DE RORAIMA,

presidido pelo senador Romero Jucá, pai do candidato a vice-governador Rodrigo Jucá e citado no depoimento do ex-diretor da Petrobras

OAS – R\$ 600 mil

Andrade Gutierrez – R\$ 500 mil

UTC – R\$ 500 mil

PT DIREÇÃO NACIONAL

Andrade Gutierrez – R\$ 5,8 milhões

OAS – R\$ 10,9 milhões

Queiroz Galvão – R\$ 3 milhões

Engevix – R\$ 2,4 milhões

UTC – R\$ 6,4 milhões

HENRIQUE EDUARDO ALVES,

candidato ao governo do Rio Grande do Norte pelo PMDB e citado pelo ex-diretor da Petrobras



PARA O DIRETÓRIO QUE PRESIDE

OAS – R\$ 2,6 milhões

Queiroz Galvão – R\$ 2 milhões

Andrade Gutierrez – R\$ 1 milhão

DOAÇÃO NOMINAL

OAS – R\$ 150 mil

Queiroz Galvão – R\$ 1 milhão

CAMPANHA DE DILMA ROUSSEFF

OAS – R\$ 20 milhões

UTC – R\$ 5 milhões

PMDB DIREÇÃO NACIONAL

Andrade Gutierrez – R\$ 3 milhões

OAS – R\$ 5,3 milhões

Queiroz Galvão – R\$ 7,2 milhões

MÁRIO SIMAS FILHO, SÉRGIO PARDELLAS e JOSIE JERÔNIMO são Jornalistas e escrevem para esta publicação. Revista ISTO É, Setembro de 2014.

No caminho da guarda compartilhada (CAMILA BRANDALISE)

Comissão do Senado aprova projeto de lei que torna regra a guarda compartilhada, deixando os pais mais próximos de garantir o convívio igualitário com os filhos após as separações

A SEPARAÇÃO de um casal já é um processo traumático por si só. Envolve dor, mágoa, insegurança. Mas se ex-marido e ex-mulher não conseguem atravessar incólumes esse período de intenso sofrimento e transformação, resta a eles preservar os filhos, mostrando às crianças que, apesar de pai e mãe não viverem mais juntos, a família se mantém, mas sob uma nova perspectiva. A melhor forma de manter os filhos saudáveis depois desse difícil processo é a guarda compartilhada, em que homem e mulher dividem igualmente as responsabilidades sobre os filhos.

Apesar de o Código Civil contemplar essa alternativa desde 2008, quando uma alteração passou a contemplar essa questão, a maioria do Judiciário brasileiro insiste em estabelecer guardas unilaterais, amparada em brechas na legislação. "Grande parte dos juízes ainda decide deixar o filho com a mãe. É uma questão cultural, um vício, e eles tendem a mantê-lo", afirma Analdino Rodrigues Paulino Neto, presidente da Associação de Pais e Mães Separados (Apase). Mas isso está prestes a mudar, o que será um grande avanço no direito de família no País. A Comissão de Constituição e Justiça do Senado aprovou recentemente o texto do Projeto de Lei 117/13, já examinado pela Câmara, que tornará a guarda compartilhada regra, caso os pais não cheguem a um consenso. "Com a obrigatoriedade, o ex-casal precisa de bom senso para criar a criança, o que acaba melhorando a relação entre eles", diz Silvana Rabello, professora da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), mestre em educação e especialista em psicologia clínica com crianças.



Autor do projeto de lei que altera o atual texto, o deputado Arnaldo Faria de Sá (PTB-SP) sugeriu a modificação após receber uma série de pedidos de pais insatisfeitos por terem o relacionamento com os filhos se limitado a visitas esporádicas com hora marcada após as separações. "A lei diz que a guarda compartilhada será estabelecida 'sempre que possível'. Isso faz muitos juízes lavarem as mãos", afirma Faria de Sá. O projeto segue agora para votação no plenário do Senado, o que deve ocorrer na primeira quinzena de outubro. Com isso, espera-se que, em breve, a guarda compartilhada se torne regra nas varas de família do País – o que já deveria estar acontecendo desde 2008. Segundo a juíza da 3ª Vara de Família de Santo André, Fernanda Pernambuco, entusiasta do projeto de lei, o que está em jogo é o bem-estar da criança. "Se um dos pais não quiser ou não for apto a criar seu filho, a guarda compartilhada não será imposta. Mas é preciso entender que ter o pai e a mãe por perto é o melhor, por isso essa opção tem que vir em primeiro lugar." Em parecer de 2011, a então ministra do Superior Tribunal de Justiça Nancy Andrighi afirmou que a própria imposição sobre atribuições de cada um dos pais e o período de convivência da criança em guarda compartilhada – o que costuma ser definido entre os próprios ex-cônjuges – é uma medida extrema, mas necessária para que o texto legal não se torne letra morta.



ACORDO - Luiz Alexandre Roitburd estabeleceu uma rotina com a ex-mulher para que os filhos Flora e Ariel pudessem conviver com ambos igualmente

A situação ideal é que ex-marido e ex-mulher cheguem a um consenso, sem precisar brigar judicialmente. Mas esse ideal está longe de ser realidade. O litígio está presente em 90% dos divórcios, segundo a Apase. "O grande perigo é quando os filhos se tornam moeda de troca entre os adultos", alerta Ivete Gattás, coordenadora da Unidade de Psiquiatria da Infância e Adolescência da Universidade Federal de São Paulo (Unifesp). Por isso, muitos advogados e juristas defendem a obrigatoriedade da guarda compartilhada para evitar um desgaste ainda maior.

"É preciso seguir o princípio constitucional do interesse da criança, e o melhor é manter a convivência com as duas referências, pai e mãe", diz o advogado Rodrigo da Cunha Pereira, presidente do Instituto Brasileiro de Direito de Família (IBDFAM). "Tornando a guarda compartilhada obrigatória, os juízes vão se adaptar a um novo pensamento. Há certo receio com a mudança, mas com o tempo ela ganhará ares de normalidade." Para a psicopedagoga Teresa Messeder Andion, o corte da ligação com o pai ou com a mãe cria um abismo emocional. "A criança se sente desamparada, triste. E isso se reflete na aprendizagem, pois ela fica sem estímulo para aprender e até para conviver socialmente."

O QUE DIZ A LEI A evolução da guarda compartilhada no País

Até 2008

A guarda compartilhada já era praticada no Brasil há cerca de dez anos, mas em casos raros e normalmente após muita persistência e brigas judiciais, pois não havia legislação

Como pode ficar

Com a aprovação do PL 117/13, a guarda compartilhada pode se tornar obrigatória, caso os pais não cheguem a um acordo. A regra só não será aplicada quando um dos dois não estiver apto a exercer o poder familiar ou quando pai ou mãe alegarem não querer a guarda

A partir de 2008

A Lei nº 11.698, de 2008, estabelece que "quando não houver consenso entre a mãe e o pai quanto à guarda do filho, será aplicada, sempre que possível, a guarda compartilhada". Porém, por colocar a possibilidade da decisão, na maioria dos casos a opção é pela guarda unilateral materna

Alguns ex-casais optam naturalmente por compartilhar as responsabilidades. Caso da diretora de arte Luciana Bueno, 45 anos, mãe dos gêmeos Ariel e Flora, 8 anos. Quando se separou do marido, o artista de teatro Luiz Alexandre Roitburd, 46 anos, ela mudou de casa e disse aos filhos que, a partir de então, eles teriam dois lares. Nas segundas e terças-feiras eles ficam com o pai. A mãe busca na escola na quarta-feira e permanece com eles até sexta-feira. Os fins de semana são alternados. "Achamos importante criar uma rotina para que funcionasse bem para as crianças", diz Luciana, para quem, independentemente de divergências pessoais, o mais importante é a concordância entre os pais na educação das crianças. Assim que se divorciaram, os dois procuraram um terapeuta para entender como proceder em relação à guarda compartilhada. "Não é só uma questão de direito. Na verdade, é uma obrigação tanto do pai quanto da mãe estar perto de seus filhos", afirma Roitburd.



CONVÍVIO - Francisco Becerra (acima) passa o dia com o filho, Chico, e à noite o leva para a casa da mãe; antes de conseguir a guarda compartilhada, os dois se viam de 15 em 15 dias por quatro horas. Abaixo, Elder Guedes com o filho, Pedro, que faz parte da vida do pai e tem boa convivência com sua atual mulher, Christiane Batista

Apesar de ainda não ser regra entre os magistrados, alguns profissionais estão à frente dessa luta e se empenham para que a guarda compartilhada seja mais difundida. Juíza da 1ª Vara da Família da Barra da Tijuca, no Rio de Janeiro, Maria Cristina de Brito Lima criou há quatro anos um projeto de audiência pública coletiva, com palestras e vídeos divulgando a importância de a criança conviver igualmente com pai e mãe após a separação. Os encontros, de 45 minutos de duração, são agendados anteriormente às audiências de definição da guarda e contam com a participação de cerca de 60 pessoas, devidamente acompanhadas de seus advogados. "Tento mostrar que a criança não pode ser usada como escudo por nenhuma das partes", diz. Depois, todos são encaminhados para duas sessões com uma psicóloga em um grupo de orientação familiar. Segundo Maria Cristina, após a criação do programa, 80% dos ex-casais concordaram em dividir a guarda. "Antes, esse número não passava de 15%", afirma.

Um desses casos foi o do advogado Elder Guedes, 42 anos. "Quando pedi o divórcio, queria a guarda compartilhada, mas não chegava a um consenso com minha ex-mulher", afirma o pai de Pedro, 10 anos. Depois de participarem das palestras e orientações, concordaram em dividir as responsabilidades. Hoje, pai e mãe partilham a guarda do menino,



alternando a residência dele de 15 em 15 dias. "O que não impede que ela o veja quando está comigo e vice-versa." O ex-casal concordou em dividir os gastos com a criação do filho: 50% cada um. Combinaram ainda de alinhar as regras em cada casa – mas ambos podem tomar as próprias decisões. "Com a mãe, ele não usa o computador durante a semana. Comigo pode, mas só enquanto tiver nota boa."

EVOLUÇÃO DA GUARDA COMPARTILHADA NO BRASIL

Em dez anos, o número de ex-casais* que dividem as responsabilidades na criação dos filhos mais do que dobrou

Responsável	2002	2008**	2012
Mãe	90,74%	89,30%	87,10%
Pai	5,31%	5,48%	5,38%
Ambos	2,64%	3,99%	5,95%

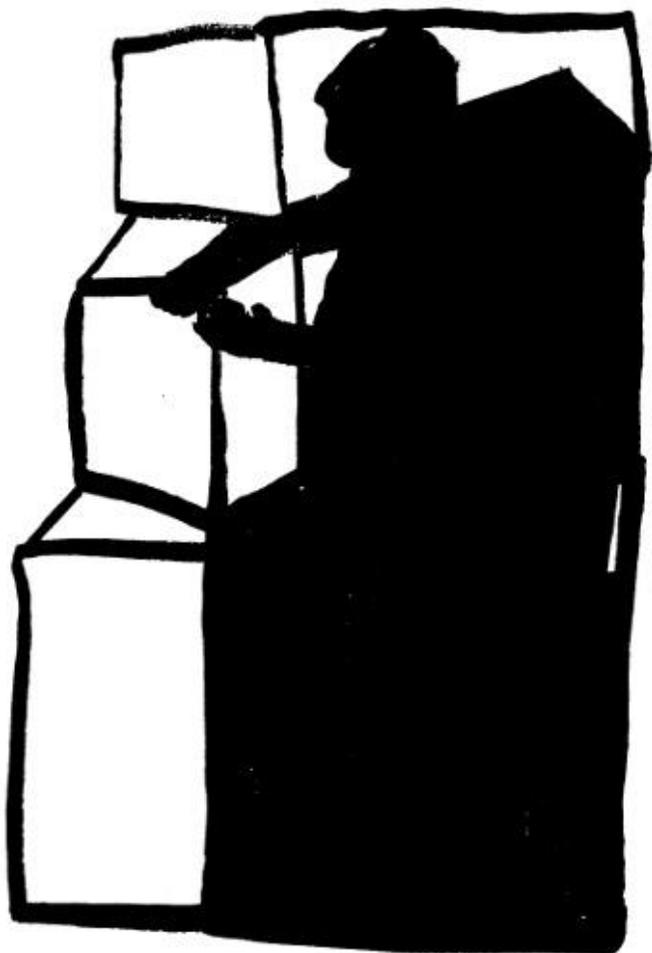
Para a juíza Fernanda Pernambuco, que, além de defender ativamente a guarda compartilhada, divide igualmente as responsabilidades dos três filhos desde 2005 com o ex-marido, manter pai e mãe na vida da criança preserva a igualdade parental que existe no relacionamento antes da separação. Se um casal se divorcia, o ideal é que a convivência com as crianças seja mantida. Além disso, os conflitos que levaram ao divórcio não podem influenciar a decisão de um dos genitores ter mais ou menos direitos. "Hoje, homem e mulher são atuantes. Passamos por mudanças sociais que não foram corretamente percebidas pelo direito. A legislação está atrás dos fatos", afirma a juíza.

O gerente de farmácia Francisco Becerra, 48 anos, entende bem essa mudança de comportamento. "Quando eu era criança, quase não via meu pai. Era natural vê-lo apenas como provedor. Eu sou completamente diferente, penso no bem-estar do Chico o tempo todo e mesmo depois da separação eu o vejo diariamente", diz, referindo-se ao filho Francisco, 11 anos. Becerra conseguiu a guarda de Chico em 2012, mas lutava por isso desde 2008. Nesse meio tempo, durante um ano e meio, podia vê-lo de 15 em 15 dias somente por quatro horas. Hoje, a rotina é outra. O garoto passa o dia com o pai e dorme com a mãe. "Depois da escola, ele fica comigo até por volta das 18 horas, quando o levo para a casa dela." Os gastos são divididos de acordo com a possibilidade de cada um. Bastante apegado à família do pai, Chico diz que é bom ter os primos e avós sempre por perto. "Quando estava afastado do meu pai, sentia falta de todo mundo. Agora que tenho os dois, até minhas notas na escola melhoraram", conta o menino, comprovando que, para quem realmente importa, os filhos, a guarda compartilhada é a melhor opção.

CAMILA BRANDALISE é Jornalista e escreve para esta publicação. **Revista ISTO É, Setembro de 2014.**

O estranho destino do software livre (SÉBASTIEN BROCA)

Colaborativo e aberto: ao celebrar, em 2013, seus trinta anos, o software livre encarna mais do que nunca a resistência contra a privatização do saber e da cultura. Milhares de programadores desenvolvem benevolmente ferramentas que servem a todos. As relações entre esse movimento e as esferas mercantis



PÂNICO na rede: em abril de 2014, profissionais da informática descobriram que uma falha tornava vulnerável um dos softwares de criptografia mais utilizados no mundo. Esse programa coloca para funcionar os protocolos de segurança representados pelo pequeno cadeado que aparece na barra de endereço do navegador. Espera-se que ele assegure a confidencialidade das trocas de dados entre um site e seus usuários quando, por exemplo, são feitos pagamentos on-line. Redes sociais, serviços e sites de vendas integraram-no a fim de evitar qualquer interceptação de informações por terceiros. Esse programa, chamado OpenSSL, apresenta uma particularidade: é um software livre.

Para além do problema da segurança, a revelação dessa falha (chamada "Heartbleed") levanta uma questão: como um software fundamental para a maior parte dos atores da web comercial – entre os quais alguns acumulam centenas de milhões de dólares de lucros – pode ser concebido e mantido por um punhado de desenvolvedores voluntários?¹ Se a falha passou despercebida durante dois anos, foi em razão do fraco número de colaboradores do projeto. Esse fracasso espetacular destaca a relação desequilibrada entre as grandes empresas da web e o universo do software livre, cujos desenvolvedores são historicamente movidos pela paixão pela programação mais do que pelo chamariz do ganho. Ele também coloca em pauta o futuro do movimento de profissionais da informática que alguns intelectuais de esquerda viram como uma força de resistência à mercantilização da internet.

Ferramenta de emancipação

Até o final dos anos 1970, os programas de informática não tinham valor de mercado: com frequência escritos de maneira cooperativa pelos fabricantes e pelos usuários, eles podiam ser livremente trocados. No início dos anos 1980, a difusão maciça do microcomputador alterou as regras do jogo. Ela favoreceu a criação de uma indústria do software, o que balançou a cultura das pessoas ligadas à informática, historicamente baseada nas normas da pesquisa científica. Muitos desenvolvedores deixaram então as universidades para integrar empresas recém-criadas. Eles aceitaram que seu trabalho fosse submetido a cláusulas de confidencialidade e servisse para desenvolver softwares "proprietários" (os da Microsoft, por exemplo), vendidos com condições de uso restritivas.

Foi para lutar contra essa tendência que Richard Stallman, então especialista em informática do Massachusetts Institute of Technology (MIT), criou em 1984 o movimento do software livre. Ele definiu nesses termos os programas cujo código-fonte – as instruções que determinam a execução de um software – está disponível e pode ser utilizado, copiado, modificado e redistribuído. Na visão dele, isso permite defender a colaboração entre desenvolvedores, a circulação da informação e a possibilidade de que os usuários controlem suas ferramentas. O movimento do software livre apoia-se desde a origem sobre dois eixos: de um lado, produz programas suscetíveis de substituir softwares proprietários; de outro, carrega um discurso militante, articulado em torno das ideias de liberdade do usuário e da abertura do saber.

No final dos anos 1990, os softwares livres já não eram programas esotéricos desenvolvidos por um punhado de hackers cabeludos. O GNU/Linux tornou-se um sistema de exploração robusto e apreciado pelos profissionais. Com o impulso fulgurante da internet, as questões levantadas por Stallman ressoaram além do círculo dos primeiros convertidos.

Na França, militantes e intelectuais da esquerda crítica descobriram o software livre com uma ponta de fascinação.² “Mas até onde se pode ir?”, perguntou-se Jérôme Gleizes no primeiro número da revista *Multitudes*, antes de responder: “Não há limites.”³ Ele imaginava um mundo informático inteiramente desembaraçado de seus entraves proprietários.

Os responsáveis pela rede Samizdat.net – que abrigava na época uma constelação de sites e de listas de discussão para associações, revistas e organizações sindicais – contribuíram então para difundir o uso, no seio dos movimentos sociais, de numerosas ferramentas livres (GNU/Linux, Apache, Sympa, Spip),⁴ insistindo na necessidade de aproximar “hacktivistas” e ativistas.⁵ Intelectuais como Yann Moulier-Boutang, André Gorz e Gleizes viram o software livre com um trunfo para superar as resistências da esquerda crítica em relação à informática e à internet, frequentemente consideradas instrumentos da globalização neoliberal. O movimento lançado por Stallman veio assim encarnar a possibilidade de uma dissidência no seio do mundo digital. Gorz o descreveu como uma “negação prática das relações sociais capitalistas”;⁶ negação ainda mais significativa por se aninhar em um setor-chave da nova economia do “imaterial”.

Duas grandes ideias emergem dessas interpretações entusiasmadas: os softwares livres são tecnologias emancipadoras e encarnam uma alternativa à organização capitalista da produção “imaterial”. Mas em que ponto estamos quinze anos depois? Mais do que uma finalidade técnica, o movimento do software livre visa a um objetivo social. Isso o distingue de sua outra metade, o movimento *open source*, que defende igualmente a abertura do código informático, mas por outras razões: produzir softwares com melhor desempenho e criar modelos de negócios inovadores. Stallman, por sua vez, estima que a “liberação” das tecnologias tem por objetivo estender o campo das liberdades individuais e coletivas. Como salienta o desenvolvedor Benjamin Mako Hill, “ele está pouco ligando para o software livre: para ele, o que importa é a liberdade dos usuários de softwares”.⁷ Sua aposta é que, quando se liberam os softwares, são libertados aqueles que os utilizam.

Vários argumentos fundamentam essa ideia. Os softwares livres estariam assim imunizados contra as funcionalidades maliciosas – por exemplo, aquelas que procuram comprometer os dados pessoais dos usuários; porque, a partir do momento em que todos têm acesso ao código-fonte, essas funcionalidades são fáceis de serem eliminadas (isso supõe, no entanto, como mostrou o caso “Heartbleed”, que o código seja regularmente examinado e controlado). Ao evitarem que os programas se tornem caixas-pretas, certos defensores do software livre colocam para si mesmos um objetivo mais amplo: permitir uma reapropriação democrática da informática. Gorz era sensível a essa ideia. Ele considerava os softwares livres “tecnologias abertas”, por oposição às “tecnologias trancadas”, que “escravizam o usuário, programam suas operações e monopolizam a oferta de um produto ou serviço”.⁸ Ele os via como um meio de ultrapassar uma sociedade de consumo na qual as pessoas utilizam as tecnologias sem compreendê-las nem dominá-las.

Os softwares livres foram, portanto, pensados como o veículo de um projeto de emancipação. O chato é que todo mundo já ocupou um lugar a bordo. Os gigantes da web utilizam-nos hoje em dia para impulsionar seus serviços e fazer funcionar suas gigantescas infraestruturas técnicas; e isso não tem nenhum efeito sobre suas liberdades. Não é porque os serviços do Google ou do Facebook são fornecidos graças ao Linux que os internautas compreendem melhor o funcionamento da web ou que seus dados pessoais deixem de ser transmitidos por meio de agências de informação! Ao centralizarem e afastarem dos usuários a execução de numerosas tarefas, o crescimento das redes sociais e o desenvolvimento de serviços on-line (webmail, armazenamento de arquivos) embotaram a eficácia dos softwares livres em garantir as liberdades.

Essas tendências não escaparam aos principais interessados. Para serem fiéis ao espírito do movimento – e não somente na intenção –, certos adeptos do software livre deslocaram um pouco a luta, tentando, por exemplo, dispensar os serviços do Google.⁹ Outros se esforçaram em construir soluções de substituição das grandes redes sociais comerciais, com um sucesso de momento limitado, tendo em vista os exemplos do Diaspora e do Identi.ca. Já Stallman preconiza uma solução muito simples: recusar-se sistematicamente a utilizar os serviços dos gigantes da web. Rígido, mas não desprovido de humor, ele incita os pais a considerar o Facebook “uma espécie de gangue com a qual você não quer que seu filho se veja envolvido”.¹⁰

Quando o Google e a Intel se deixam seduzir

Um dos maiores sucessos do software livre é de ordem jurídica. Criada em 1989, a General Public License (GPL) forneceu aos desenvolvedores uma ferramenta sólida para subtrair os programas informáticos dos mecanismos de apropriação privada. Essa licença confere aos usuários os direitos de execução, cópia, modificação e distribuição. Ela impõe a eles uma obrigação: que essas liberdades sejam mantidas em todas as versões ditas “derivadas” do software. Dessa forma, um editor não pode recuperar o código “livre”, efetuar nele algumas pequenas modificações e comercializar o todo sob uma licença proprietária, o que a GPL impede de forma engenhosa. Além disso, ela inspirou várias outras criações jurídicas, como as licenças Creative Commons, que permitem ao autor de uma obra artística ou intelectual liberar os direitos proprietários intelectuais convencionais.

Alguns viram nessa inovação fundamental o detonador de um modelo produtivo emergente. Moulier-Boutang, que é economista, apresentou a abertura dos recursos informacionais como o melhor combustível para a inovação. Ele viu igualmente na organização colaborativa do trabalho experimentada pelos desenvolvedores de softwares livres o sinal da obsolescência das hierarquias gerenciais.¹¹ Da mesma forma, Gorz via a luta entre os softwares livre e proprietário como a expressão de um conflito mais geral entre uma economia pós-capitalista em formação, impulsionada pelo desenvolvimento

da abertura e da gratuidade, e dos atores industriais agarrando-se desesperadamente às ferramentas convencionais da propriedade intelectual.

Na verdade, o capitalismo cognitivo foi capaz de aceitar esse regime jurídico alternativo que parecia ameaçá-lo. Pouco a pouco, as empresas tecnológicas compreenderam que renunciar à apropriação privativa de certos recursos informáticos poderia trazer vantagens: uma redução de suas despesas, por exemplo. Com o OpenSSL, elas usam um software cujo desenvolvimento não pagam. No caso do núcleo Linux, a abertura do código lhes permite mutualizar uma parte de seus investimentos em pesquisa e desenvolvimento. O aperfeiçoamento do software é assim majoritariamente assumido pelos assalariados de grandes empresas (Google, Oracle, Intel etc.), que veem nisso uma solução com bom desempenho e pouco onerosa. Cada empresa emprega profissionais de informática para realizar as modificações do código que considera particularmente estratégicas para sua atividade, desfrutando ao mesmo tempo o trabalho dos outros. A ausência de apropriação privativa torna-se um instrumento de eficácia econômica. Os partidários do software livre não necessariamente reconhecem nisso seu projeto inicial, mas também não veem aí grande coisa para reclamar, contanto que a abertura do código seja preservada.

Estamos, portanto, muito longe da agitação pós-capitalista que um intelectual como Gorz acreditou descobrir. As exigências de grandes projetos colaborativos como o Linux incitam talvez as empresas a conceder margens de liberdade mais importantes a seus empregados; estes, no entanto, ainda são empregados. A ausência de apropriação privativa também não é suficiente para modificar a divisão das riquezas entre capital e trabalho. De maneira geral, a parte dos lucros tirada de um software que volta para seus desenvolvedores não é necessariamente superior no mundo do "livre". Com frequência, a taxa chega a revelar-se inferior àquilo que é na indústria "proprietária".

Dessa forma, o caminho percorrido há trinta anos reveste-se de uma clara importância. Quando são protegidos por uma licença de tipo GPL, os frutos do trabalho permanecem livremente acessíveis a todos.¹² Não é nada, particularmente num contexto no qual a extensão dos direitos de propriedade intelectual privatiza seções inteiras do conhecimento, da cultura e até mesmo da vida.¹³ E, além disso, se os softwares livres não são mais suficientes para garantir as liberdades individuais na internet, o movimento lançado por Stallman não renunciou completamente a fazer um contrapeso aos gigantes da web.

- 1 Cf. Jose Pagliery, "Your Internet security relies on a few volunteers" [A segurança da sua internet repousa sobre um punhado de voluntários], CNN Money, 18 abr. 2014. Disponível em: <http://money.cnn.com>.
- 2 Ler Bernard Lang, "Des logiciels libres à la disposition de tous" [Softwares livres à disposição de todos], *Le Monde Diplomatique*, jan. 1998.
- 3 Jérôme Gleizes, "Introduction au logiciel libre" [Introdução ao software livre], *Multitudes*, n.1, Paris, mar. 2000.
- 4 Ler Philippe Rivière, "La toile de Spip" [A rede de Spip], *Le Monde Diplomatique*, out. 2003.
- 5 Cf. Aris Papatheodorou e Jean-Pierre Masse, "Ils pourront toujours se brosser avec leurs lois" [Eles sempre vão poder se esfregar com suas leis], entrevista com Jean-Marc Manach, *Transfert*, Paris, 28 set. 2000.
- 6 André Gorz, *L'immatériel* [O imaterial], Galilée, Paris, 2003.
- 7 Benjamin Mako Hill, "Freedom for users, not for software" [Liberdade para os usuários, não para o software], 23 out. 2011. Disponível em: <http://mako.cc>.
- 8 André Gorz, *Ecologica* [Ecológica], Galilée, 2008.
- 9 Cf. Goofy, "Se libérer de Google? Chiche!" [Libertar-se do Google? Duvido!], Framablog, 26 maio 2014. Disponível em: www.framablog.org.
- 10 Richard Stallman, "Facebook". Disponível em: <https://stallman.org>.
- 11 Yann Moulier-Boutang, *Le capitalisme cognitif. La nouvelle grande transformation* [O capitalismo cognitivo. A nova grande transformação], Éditions Amsterdam, 2007.
- 12 Existem várias outras licenças no mundo do software livre, das quais algumas, chamadas "permissivas", não colocam barreiras à privatização do código.
- 13 Cf. James Boyle, "The Second Enclosure Movement and the construction of the public domain" [O Segundo Movimento de Fechamento e a construção do domínio público], *Law and Contemporary Problems*, v.66, n.1-2, Durham (Estados Unidos), 2003

SÉBASTIEN BROCA é pós-doutorando no LabEx Sites/CEPN e autor de *Utopie du logiciel libre, du bricolage informatique à la réinvention sociale* [Utopia do software livre, do faça você mesmo informático à reinvenção social], Le Passager Clandestin, Neuvy-en-Champagne, 2013. Ilustração: Adrienne Gillinari. **Jornal LE MONDE DIPLOMATIQUE BRASIL, Setembro de 2014.**

Cultura é cidadania e direito (MARTA SUPLICY)

APÓS o empenho dos dois últimos anos, vislumbramos duas prioridades para a política cultural no Brasil da próxima década. Primeiro, a inclusão dos que não têm acesso, ao fortalecer o Vale-Cultura e o Sistema Nacional de Cultura (SNC). O segundo ponto é o apoio aos movimentos de raízes populares, Pontos de Cultura e grupos de produção até então excluídos. O MinC (Ministério da Cultura) tem investido em programas para produtores negros, ciganos, índios, LGBT, mulheres. Essas políticas estão em sintonia com o mundo conectado que democratiza e barateia a produção (games, TV a cabo, vídeo).

Fundamental para a cultura no século 21 é caminhar de mãos dadas com a ciência e a tecnologia. Assim será o canal digital da cultura, em fase de elaboração, para termos uma rede aberta e de grande alcance, o novo Centro de Referência

do Audiovisual em São Paulo e a mudança da gestão da Cinemateca, para organização social (OS). O audiovisual vive momento único, com as possibilidades abertas pelo programa Brasil de Todas as Telas, que tem R\$ 1,2 bilhão e vai nos tornar uma potência cinematográfica. O Brasil se situa na vanguarda em ações inovadoras.

Criado em novembro de 2012, o Sistema Nacional de Cultura é a certidão de nascimento da política de Estado da cultura. Estados e municípios passam a trabalhar juntos, independentemente de mudanças de governos. Cria controle social, repasse obrigatório de recursos e maior transparência. Outra inovação foi o Vale-Cultura, criado em dezembro de 2012 e regulamentado em agosto de 2013. O trabalhador recebe R\$ 50 mensais para gastos em cultura, favorecendo inclusão social e produções que dificilmente teriam patrocínio.

É uma ousadia construir 340 Centros de Artes e Esportes Unificados (CEUs), que incentivam talentos locais, formam artistas e levam cinema e biblioteca a regiões periféricas. O Mais Cultura nas Escolas, parceria com o Ministério da Educação, retoma conceitos de Paulo Freire, aproximando alunos de arte-educadores. E uma parceria com a Petrobras já está investindo R\$ 20 milhões em museus. Foco importante é o investimento na imagem externa, fortalecendo nosso "soft power" para além do Carnaval. Levamos sete peças e traduzimos 14 textos para encenação no Festival Ibero-Americano de Teatro de Bogotá. Também fomos destaque nos festivais de Avignon, na França, e de Edimburgo, na Escócia.

A presença marcante na Feira de Livros de Frankfurt quadruplicou a venda dos nossos autores. Desde 2010, a Biblioteca Nacional concedeu a marca inédita de 422 bolsas de tradução. Em menos de dois anos, 110 obras saíram na Alemanha. Brilhamos na Feira de Bolonha com Roger Mello, vencedor do prêmio de ilustrador, que é o Nobel do segmento. Seremos homenageados no Salão do Livro de Paris em 2015 - sem esquecer nossa presença no Grand Palais com a Expo Portinari, além de eventos na África e América Latina. Também estamos levando bolsistas para estudar arte em universidades no exterior e participar de feiras de empreendedores. É algo inédito no exterior.

Para avançar, no entanto, é necessário mais financiamento. O Congresso Nacional analisa a PEC 150, forte reivindicação do setor. Razoável seria aprovar o projeto e prever aumentos de recursos de modo escalonado. Também está no Congresso o Procultura, que substituirá a Lei Rouanet com regras mais justas de patrocínios. Ele fortalece o Fundo Nacional de Cultura e dá mais capacidade ao MinC para fazer política de Estado. Cultura no mundo moderno é percebida como cidadania e direito. Creio também que é o coração do sentimento mais profundo de identidade como nação.

MARTA SUPLICY, senadora licenciada pelo PT-SP, é ministra da Cultura. **Jornal FOLHA DE SÃO PAULO, Setembro de 2014.**

O soldado e os mimados (LUIZ FELIPE PONDÉ)

UMA cena da semana: um soldado na tela da CNN. Alta patente do exército conhecido como Peshmerga, o Exército curdo. Povo distante este, o curdo. Muitos de nós nem sabe que existem. Viviam, até agora, na solidão de nossa ignorância. Só quem se ocupa do Oriente Médio sabia da existência deles.

Mas, pouco importa conhecer algo hoje em dia, basta ter opiniões. Todo mundo tem opinião, a começar pelos idiotas do bem. Pergunto-me o que faria um desses diante do inimigo que este soldado enfrenta todo dia. De volta ao soldado peshmerga. Rosto tenso, inglês difícil, pedido de socorro ao Ocidente - esta região do mundo que mergulhou nos delírios de intelectuais que se preocupam mais com os direitos dos terroristas do que com os das vítimas.

Os peshmergas combatem o Estado Islâmico (EI), grupo fundamentalista e terrorista sunita (será que algum inteligentinho discorda dos termos "fundamentalista e terrorista" aqui?) que gosta de cortar cabeças e clitóris em nome de Alá (Alá nada tem a ver com isso, coitado!). Surgiu em meio à ridícula visão ocidental de que existiu um dia uma coisa chamada "Primavera Árabe" pela democracia, quando, na realidade, o que houve foi o que há naqueles lados do mundo há séculos: grupos brigando pelas mais variadas questões, inclusive pré-históricas. Mas ainda temos que viver mais mil anos pra passar esta febre do "moderno" que se pensa "novo" na face da Terra.

Um soldado como aquele, com o rosto marcado pelo medo e pela coragem (problema de quem de fato enfrenta a morte e não apenas assina manifestos afetados), pedia socorro ao Ocidente. Ele, caso caia nas mãos do Estado Islâmico, terá, muito provavelmente, sua cabeça cortada. Ou será crucificado. Sua mulher e filhas vendidas como escravas, seus filhos crucificados também. Mas, em nossas terras de queijos e vinhos, os manifestos dos mimados contra a violência no Oriente Médio, quem sabe, deveriam pedir dinheiro ao Estado Islâmico, que é, aliás, bem rico.

Alguns intelectuais culpam os EUA pelo surgimento do Estado Islâmico. Mas o que fazer? Faz parte da infância mental acreditar em Papai Noel e culpar os EUA e Israel por tudo o que acontece. Talvez, melhor, seria responsabilizar alguns professores dos departamentos de ciências humanas no Ocidente, por brincarem com coisa séria em suas sessões de queijos e vinhos. O soldado peshmerga sabe o que é sério e o que é afetação de manifestos. Nós, não. Cremos no relativismo de butique que assola nossas universidades.

Existe sim um relativismo filosófico, desde Protágoras na Grécia, mas este é sempre uma demanda ao intelecto atento (desde Sócrates e Platão), não uma desculpa para afetações de quem confunde o mundo real com queijos e vinhos. Não só muitos intelectuais vestiram o manto da pureza. Muitos artistas também manifestam sua superioridade moral. Formam o novo clero hipócrita do mundo. Confundem seus mundos seguros de ideias e formas com o mundo onde amor e ódio pesam mais do que ideias e formas de amor e ódio. O soldado, que sabe que sua atitude pode custar sua vida, segue na sua solidão da guerra. A guerra é solitária. A solidão da morte.

Sonham, esses corajosos curdos que enfrentam de peito aberto os terroristas do Estado Islâmico, com uma democracia estável, na qual possam trabalhar, estudar e viver suas vidas comuns, como a de todos nós. Sonham que um dia, em meio ao Oriente Médio, essa terra de sangue, possam ter, como eles dizem, uma sociedade como os EUA e Israel. Mas estou seguro que nosso clero de puros no Ocidente não concordaria com esses homens e mulheres que de fato podem morrer pelo que se recusam a fazer: aceitar o fundamentalismo do Estado Islâmico.

Agora o Reino Unido terá de enfrentar seus filhos do EI, criados pelo relativismo de boutique de Oxford Street. Imagino que poderíamos chamar todos os membros do clero puro de intelectuais e artistas para assessorarem o governo britânico em seu pânico com os passaportes europeus que os terroristas têm em mãos. Afinal, uma nova era para o terrorismo islâmico se abre.

LUIZ FELIPE PONDÉ é filósofo, escritor e ensaísta, doutor pela USP, pós-doutorado em epistemologia pela Universidade de Tel Aviv, professor da PUC-SP e da Faap, discute temas como comportamento contemporâneo, religião, niilismo, ciência. Autor de vários títulos, entre eles, 'Contra um mundo melhor' (Ed. LeYa). **Jornal FOLHA DE SÃO PAULO, Setembro de 2014.**

Triste balneário (GREGORIO DUVIVIER)

VIM fazer um filme em São Paulo. Aluguei um apê no Copan. Com o preço do aluguel, compraria uma esfiha no Rio. Acordo todo dia às 6h da manhã com gosto. Posso ver a cidade inteira amanhecendo. No apartamento, tem uma bicicleta em perfeito estado. Ligo pro dono, ele diz que é só encher o pneu. No Rio, teria cobrado uma taxa extra: 700 esfihas.

Aqui, ando de bicicleta pela cidade inteira. A cada dia surge uma nova ciclovía. No Rio, a prefeitura acha que bicicleta é uma espécie de pedalinho - uma ótima maneira de se passar o domingo. Em São Paulo, ela está sendo tratada como um meio real de transporte. Até 2015 vai ter ciclovía na Paulista. Clarice reparou que, quando alguém te recomenda alguma coisa em São Paulo, a coisa geralmente é boa de verdade. No Rio, as pessoas gostam de gostar ironicamente. "Você tem que comer aquela pizza ruim. É tão ruim que é boa." Carioca se apegava ao péssimo. Gosta porque gosta da ideia de gostar - não tem nada a ver com qualidade. A prova disso é que a pizzaria Guanabara segue de vento em popa.

Eduardo Paes importou a lei Cidade Limpa - paulistana. Tirou todos os outdoors da cidade. Muito legal. Proibiu também os cartazes na fachada do teatro. Menos legal. Fiquei meses em cartaz, ironicamente, sem cartaz. Para piorar: no lugar dos cartazes, o prefeito espalhou autopropaganda. Agora, nas eleições, degradingolou. A cidade está abarrotada de cavaletes políticos irregulares - inclusive e principalmente dos cúmplices do prefeito que se vangloria de ter feito o tal choque de ordem. Em São Paulo, a prefeitura proibiu o outdoor. No Rio, ela garantiu o monopólio.

Enquanto em SP a polarização se dá entre PT e PSDB, no Rio é entre o tráfico e a milícia. O carioca vota num candidato para evitar que outro se eleja. "Vou votar no pastor pra não ganhar o miliciano." "Vou votar no traficante pra não ganhar o homicida." Já vi gente discutindo qual candidato era menos assassino. "A diferença é que seu candidato mata. O meu é diferente. Ele só manda matar." Resumindo a tragédia, a disputa atual se dá entre um candidato chamado Pezão e outro chamado Garotinho. Não, não é uma história infantil de péssimo gosto. É terror da pior espécie.

O Haiti não é mais aqui. Ao contrário do Rio, o país mais pobre da América já saiu da guerra civil e está passando por um processo civilizatório. Já o Rio tem se transformado num califado ultrarreligioso governado ora por traficantes, ora por milicianos - onde um cafezinho ruim pode custar R\$ 8.

GREGÓRIO DUVIVIER é ator e escritor. Também é um dos criadores do portal de humor Porta dos Fundos. **Jornal FOLHA DE SÃO PAULO, Setembro de 2014.**

Um erro crasso de ortografia (DANTE LUCCHESI)

O ACORDO Ortográfico da Língua Portuguesa foi firmado pelos países de língua oficial portuguesa em 1990 (Timor-Leste aderiu em 2004, após sua independência). Ao unificar as bases da ortografia desses países, o acordo visava fortalecer o português nos organismos internacionais, facilitar o intercâmbio cultural e a circulação de obras científicas e literárias, eliminando os custos de sua reedição.

No Brasil, cerca de 0,5% das palavras foram afetadas, com a eliminação do trema, de alguns acentos e com alterações nas regras de hifenação. Em 2009, o acordo entrou em vigor no Brasil e em Portugal, com um período de transição de três e seis anos, respectivamente. Em 2012, no entanto, a presidente Dilma prorrogou a transição para 1º de janeiro de 2016. Faltou a ela a devida avaliação. A sociedade já havia adotado e assimilado o acordo. Os livros didáticos, as editoras, a imprensa, todos já haviam adotado o novo sistema ortográfico. A decisão do governo não foi ao encontro do que a sociedade já havia ratificado e criou um vácuo em torno da ortografia vigente no país.

Esse vácuo talvez possa explicar a infeliz iniciativa do senador Cyro Miranda (PSDB-GO), presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esporte do Senado, ao criar um grupo de trabalho com Ernani Pimentel e Pasquale Cipro Neto, propondo uma simplificação do sistema ortográfico brasileiro. Nela seria abolido o "h" etimológico ("homem" passaria a ser "omem"), o dígrafo "qu" ("aquilo" passaria a ser "aqilo") e os sons [s] e [z] seriam sempre grafados pelas letras "s" e "z" -- ezersísio (exercício) e caza (casa). O dígrafo "ch" também seria abolido. Teríamos xave (chave) e caxorro (cachorro).

Numa cultura altamente letrada, a imagem da palavra é fixada por sua ortografia, portanto o sistema ortográfico é parte do patrimônio cultural da sociedade. Há que se ter muita cautela e responsabilidade ao propor qualquer alteração nesse sistema. Por isso todas as reformas ortográficas que se sucederam ao longo do século 20 foram conservadoras e pontuais, como o acordo de 1990. É exatamente o que falta a essa proposta de mutilação de nosso sistema ortográfico.

Em primeiro lugar, qualquer neófito em linguística sabe que sempre haverá desacordos entre a fala e a escrita, que são duas realidades distintas da língua. Assim, soluções mágicas como essa trazem muito mais prejuízos do que benefícios. A escrita etimológica, que mantém o "h" em homem, harém e no prefixo hiper, é uma forma de preservar a história dessas palavras. Por outro lado, podem-se fazer distinções, como entre caçar e cassar. Deve-se também ter em mente os custos adaptativos e os gastos com reimpressões que tal reforma ensejaria.

Além disso, o prejuízo maior seria criar uma solução de continuidade na tradição escrita da língua, dificultando ou vedando o acesso das novas gerações às obras escritas desde o século 19, que são bem acessíveis aos usuários do atual sistema ortográfico, mas que não o seriam aos que só dominassem esse novo. O mais importante é que a grande motivação alegada por seus autores - a facilitação da alfabetização e de domínio da escrita - revela uma concepção bem equivocada da questão, pois a ortografia é um problema de somenos na formação de leitores e produtores de bons textos. Por exemplo, a norma gramatical brasileira, desatualizada e adventícia, coloca problemas muito mais sérios para quem quer escrever hoje um texto na norma padrão do que o atual sistema ortográfico.

Essa pretensa reforma pode ser definida com a metáfora de um erro crasso de ortografia, e a Comissão de Educação do Senado, em vez de cometer esse erro, deveria reforçar a implantação definitiva do Acordo Ortográfico e contribuir para que o Brasil assumira o protagonismo que lhe cabe no mundo lusófono.

DANTE LUCCHESI, 53, doutor em linguística pela UFRJ, é professor titular de língua portuguesa da Universidade Federal da Bahia. **Jornal FOLHA DE SÃO PAULO, Setembro de 2014.**

O amor entre pais e filhos (CONTARDO CALLIGARIS)

ASSISTI a "Rei Lear" no Teatro Eva Herz, em São Paulo. Sabia que Geraldo Carneiro tinha transformado o drama de Shakespeare num monólogo; mas não é bem isso: é uma peça, em que um único ator, Juca de Oliveira, brilhantemente, encarna Lear e todos seus interlocutores. Acho que os ingressos estão esgotados, mas vale a pena tentar (até 12 de outubro).

Enfim, escutando esse novo "Rei Lear", algo mudou no meu entendimento da peça, a ponto que, uma vez em casa, quis verificar se o que eu tinha ouvido estava mesmo no texto de Shakespeare. E claro que estava. Explico. Qual era, até agora, minha versão simplificada de "Rei Lear"? Lear, cansado de governar, quer dividir seu reino entre as três filhas. Na hora de fazer essa extraordinária partilha em vida, ele quer que as filhas lhe cantem uma seresta, declarando seu amor (que ele espera ser grande). Goneril e Regan se derretem em declarações apaixonadas. Cordélia, a caçula, não consegue se expressar ou não sabe o que dizer e acaba suscitando a ira do pai, que a deserda. Mais tarde, depois de ter recebido a herança, Goneril e Regan renegam o pai. Enquanto Cordélia, deserdada, cuidará dele.

Na primeira cena do primeiro ato, Lear sempre me parecia ser mais bobo do que seu bobo: quem muito gosta de ser amado se torna uma vítima fácil da bajulação e acaba confundindo amor verdadeiro e amor fingido. Em contraponto, o problema de Cordélia parecia ser a timidez, a falta de oratória e uma sinceridade obstinada, digna de melhores causas. Escutando a tradução (bonita e exata) de Geraldo Carneiro, dei-me conta de que, tudo bem, Cordélia pode ser pouco hábil, mas, alguém ou além disso, ela responde ao pai com precisão, declarando que ela o ama como ela deve, ou seja, que o amor dela corresponde ao que se espera de uma filha.

"I love your majesty. According to my bond; nor more nor less": amo vossa majestade de acordo com o meu laço (de filha); nem mais nem menos. Para Cordélia, aparentemente, o sentimento que é "devido" a um pai é maior e mais importante do que qualquer amor proclamado e exibido. O problema é que Lear parece pensar e sentir diferente e, por consequência, ele espera "mais". Shakespeare vive e escreve na época em que os sentimentos se tornam o fundamento mais legítimo da ação. É o que acontece com Romeu e Julieta: os dois se amam, e esse sentimento nos parece mais justo do que o antigo rancor entre as famílias. Irresistivelmente, a gente torce pelos amantes, enquanto Montecchios e Capuletos nos parecem restos de um passado que não entende a importância do amor.

O Rei Lear é tão moderno quanto Romeu, Julieta e seus espectadores: o que vale para Lear é o sentimento - para ele, o sentimento (exatamente como para nós modernos) é a maior garantia do laço. Ou seja, se elas me amam, elas são minhas filhas; e aquela que diz que me ama por dever não me ama o suficiente para ser minha filha. Se minha filha diz que "deve" me obedecer, honrar e amar "em retorno" porque eu a gerei, criei e amei, que amor é esse? E que filha é essa? Uma filha que não declara seu amor além do "simples" dever não é filha. Por si só, o laço, com os deveres que ele supõe em cada um (pai e filhas ou filhos), não vale mais nada. O que vale é o sentimento.

Alguns dirão que o sentimento fortaleceu os vínculos familiares. Mas aconteceu o contrário: os vínculos, uma vez ligados ao amor e ao sentimento, tornaram-se condicionais. Se não te amo mais, o casamento acaba. Da mesma forma, por que filhos e filhas não divorciariam dos pais, e por que os pais não divorciariam de crianças que eles não amam mais ou que amam menos? O vínculo entre pais e filhos sempre foi complicado: por exemplo, os filhos garantem uma certa continuidade

da existência dos pais, mas, por isso mesmo, eles nos lembram que vamos morrer um dia. Com "Rei Lear", surge a relação moderna entre pais e filhos, em que um vínculo já muito complicado recebe a complexidade (e a volatilidade) suplementar de uma relação amorosa.

Pense nisso antes de declarar "te amo" a seu filho ou filha. Nem sempre o amor é um bom negócio. Nota. A importância dos sentimentos transformou a educação dos filhos numa tarefa impraticável. Como é possível se impor a alguém de quem queremos, antes de mais nada, que nos ame?

CONTARDO CALLIGARIS, italiano, é psicanalista, doutor em psicologia clínica e escritor. Ensinou Estudos Culturais na New School de NY e foi professor de antropologia médica na Universidade da Califórnia em Berkeley. Reflete sobre cultura, modernidade e as aventuras do espírito contemporâneo (patológicas e ordinárias). **Jornal FOLHA DE SÃO PAULO, Setembro de 2014.**

Quem tem medo de Marina Woolf? (JOSÉ ELI DA VEIGA)

OS INTELLECTUAIS que votarão em Marina Silva com muita tranquilidade e entusiasmo entendem perfeitamente o atual desespero de seus colegas social-democratas, que preferem as candidaturas petista ou tucana. Nem por isso devem deixar passar calados as tentativas de desqualificação, venham de quem e de onde vierem.

Na minha condição de ateu - mas, principalmente, de radical adepto do darwinismo generalizado -, só posso entender as religiões como fruto da adaptação cultural. Por isso, não tenho dúvida em optar pelos valores humanos que orientam Marina, seja lá qual for a sua íntima crença sobre a origem do Universo e da vida. Além disso, ela nada tem de criacionista, como esclareceu no programa "Roda Viva" da TV Cultura (bit.ly/criacionismo-darwin).

O que me interessa é escolher para presidente alguém que realmente respeite um razoável código de ética, ao contrário do que fizeram Dilma Rousseff e José Serra na campanha presidencial de 2010. Quando surgiu aquela tremenda indignação ecumênica contra a terceira versão do Plano Nacional de Direitos Humanos, lançado em 2009 pelo governo Lula, parlamentares evangélicos e católicos mobilizaram-se principalmente contra a proposta de descriminalização do aborto. Os pentecostais também se posicionaram radicalmente contra o projeto de lei da Câmara nº 122/2006, que transformaria em crime a homofobia. Foi assim que esses temas acabaram sendo priorizados na campanha eleitoral.

Pois bem. Dilma Rousseff, que antes se declarara "agnóstica", empenhou-se em não perder sequer uma missa para fingir ser fervorosa católica. Atitude que foi muito bem aproveitada por lideranças e parlamentares evangélicos para cobrar-lhe repúdio a qualquer projeto "contra a vida e os valores da família". Exigiram seu compromisso de veto a projetos favoráveis ao aborto, à união civil e à adoção de crianças por homossexuais e à regulamentação da atividade de profissionais do sexo. Ela se comprometeu com tudo.

A reação da campanha petista também foi de se voltar às hostes evangélicas ressaltando que a terceira versão do Plano Nacional de Direitos Humanos já estava sendo revisto pelo governo, que sua candidata era "a favor da vida" e que, por isso, uma vez eleita, não tomaria qualquer iniciativa de mudança na legislação sobre o aborto, assim como sobre questões relativas à família e à liberdade religiosa. Ironicamente, a única candidatura com algum peso a fazer campanha laica foi a da terceira colocada, a missionária acreana Marina Silva (então no PV, hoje no PSB/Rede Sustentabilidade), como enfatiza o pesquisador Antônio Ricardo de Souza, da Universidade Federal de São Carlos, no artigo "Meandros da força política evangélica no Brasil", publicado pela revista "Cultura y Religión" no final de 2013.

Não me enganei, portanto, quando em 2006 sugeri aos meus melhores amigos petistas que comessem a articular a candidatura de Marina Silva para a sucessão de Lula. Só vim a conhecê-la pessoalmente em 2008, e nesses seis anos só aumentou minha convicção de que ela teria sido infinitamente melhor para o Brasil do que Dilma Rousseff.

Os valores da missionária evangélica do Acre são infinitamente superiores àqueles preferidos por materialistas vulgares de todos os quadrantes. Basta notar como acatam e justificam a nojeira praticada pelo "peemedebismo" dos dois oligopólios partidários conduzidos por partidos social-democratas. Em suma, por que deveria eu ter aversão a uma crença que nutre muito mais respeito pela diversidade cultural e pelas liberdades civis do que a esmagadora maioria dos intelectuais petistas e tucanos?

JOSÉ ELI DA VEIGA, 66, é professor sênior do Instituto de Energia e Ambiente da USP e autor do e-book "The Global Disgovernance of Sustainability" (ed. Anadarco, no prelo). **Jornal FOLHA DE SÃO PAULO, Setembro de 2014.**

Educação financeira (ROSELY SAYÃO)

O MUNDO adulto se descontrola, e os mais novos é que pagam o pato. Um bom exemplo é a questão financeira. Ao consultar diferentes pesquisas feitas com o objetivo de avaliar a saúde financeira dos brasileiros, constatamos que as famílias estão cada vez mais endividadas.

E por que é que os adultos gastam tanto atualmente? Porque vivemos na era do consumo: precisamos consumir para garantir visibilidade no mundo. O fato é que nos entregamos louca e desesperadamente ao consumo: porque "merecemos", porque desenvolvemos ganância, porque dá para parcelar, porque é só dar um "click", porque dá status etc. Consumir tem sido um imperativo em nossas vidas.

O problema é que, quando chegam a fatura do cartão de crédito e as contas a pagar, percebemos que o ganho mensal não dá para quitar tudo. Aí, parcelamos mais e a espiral de endividamento só cresce. Um gasto importante para famílias que têm filhos em idade escolar é justamente a mensalidade do colégio (e despesas paralelas, como transporte, uniforme, material e passeios). E tudo isso sai bem caro.

Como ter filho em escola privada, de preferência que tenha boa avaliação e seja disputada, também é um consumo importante, lá vão as famílias para mais esse gasto. Mas nem sempre dá para bancar tudo. Muitas escolas precisam passar pela situação de constatar que pais inadimplentes chegam com o filho em carros caros e novos e fazem viagens ao exterior - a Disney é o destino preferido - nas férias. E tem sido justamente a escola a instituição que vem sendo responsabilizada por mais uma função - como se ela já não tivesse o suficiente: a de dar aulas de educação financeira a seus alunos.

O que vem a ser "educação financeira", afinal? É a disciplina que tem por objetivo ensinar a administrar de modo saudável - controlado - a renda mensal pessoal e familiar, e a buscar garantir a segurança financeira possível para o futuro a curto, médio e longo prazo. Em resumo: procura formar consumidores mais conscientes e críticos. O que os pais mais novos têm a ver com isso? Pouco, quase nada, porque quem tem renda e controla os gastos - ou se descontrola com eles - são os pais. Então, só dá para ensinar aos pais duas coisas importantes nessa questão: a administrar bem a mesada e a ser crítico em relação aos inúmeros apelos de consumo a que estão submetidos.

Não é boa a lição de comprar o que o filho pede quando ele usa o argumento de que todos os colegas têm: isso é ensinar a não ser crítico. Vale muito mais questionar se ele realmente precisa daquilo e, principalmente, ajudá-lo a encontrar outros caminhos para estar no grupo - como valorizar os recursos pessoais dele, por exemplo. Dar a mesada, estipular quais os gastos que ele fará com seu dinheiro e acompanhar o seu uso, sem censurá-lo, são estratégias valiosas.

Se ele usar a mesada para comprar um lanche na escola e esgotar todo o seu recurso antes de terminar a semana, por exemplo, os pais não devem repor a quantia. Uns dias sem lanche da cantina não matam a criança de fome. O importante é saber que, nessa questão, as principais lições são aprendidas pelos pais mais novos quando observam a postura dos pais diante do consumo.

ROSELY SAYÃO é psicóloga e consultora em educação, fala sobre as principais dificuldades vividas pela família e pela escola no ato de educar e dialoga sobre o dia-a-dia dessa relação. **Jornal FOLHA DE SÃO PAULO, Setembro de 2014.**

Melhor pedófilo que racista (JOÃO PEREIRA COUTINHO)

ERA UMA vez uma pequena cidade no sul do Yorkshire chamada Rotherham. Nunca a visitei. Mas, pelas fotos disponíveis, parece uma daquelas típicas cidades do interior de Inglaterra, com o seu encantador ar de desolação e sujidade. Conheço várias. Acontece que Rotherham passou a estar nas notícias devido a um "escândalo" que terá ocorrido entre 1997 e 2013.

Nesse período, e como tem relatado o enviado desta **Folha**, 1.400 menores terão sido abusados sexualmente e traficados para prostituição pelo país inteiro. Caso recusassem participar nos crimes, eram ameaçados com violências de uma inimaginável crueldade. Perante esta novela, a pergunta lógica é saber como foi possível, durante 16 anos, violar e traficar 1.400 menores a partir de um lugarejo que fica a três horas de Londres - e não em Cabul ou Mogadíscio.

A resposta, contida no relatório do professor Alexis Jay, é de arrepiar um defunto: as "autoridades" locais - serviços sociais, polícia, até políticos - sabiam ou desconfiavam do sucedido. Alguns até receberam as vítimas - peço desculpa: as "alegadas" vítimas, que denunciavam os crimes e pediam ajuda na punição dos agressores. O problema, como afirma o mesmo relatório, é que essas vítimas eram brancas; e os agressores - peço desculpa novamente: os "alegados" agressores eram na sua maioria paquistaneses muçulmanos, que gostavam de "caçar" carne branca. As "autoridades" preferiram não investigar a fundo a monstruosidade de Rotherham porque, no glorioso mundo do multiculturalismo demente, parece que é pior ser racista, ou acusado de racismo, do que ser pedófilo e cafetão.

Aliás, o relatório nem precisava de o afirmar: tempos atrás, e como lembra a revista "Spectator", os serviços sociais de Rotherham entenderam que era seu direito remover três crianças do lar familiar porque os pais eram simpatizantes do partido eurocético Ukip. Não vale a pena relembrar que o Ukip, por mero acaso, venceu as últimas eleições europeias na Inglaterra. Democráticamente. A verdadeira ameaça, para os serviços sociais, estava no fato dos pais daquelas crianças votarem num partido que se recusa a "promover ativamente a causa multiculturalista". A mesma causa que condenou 1.400 menores a um regime de escravidão sexual. Desconheço se as três crianças retiradas da família também fizeram parte do circuito de violação e prostituição que não perturbou os serviços sociais.

A precissão ainda vai no adro e o temor inglês é que, depois de Rotherham, comecem a surgir por toda a Inglaterra casos semelhantes. Há até quem fale em Oxford, essa arcádia de conhecimento e solenidade, como um antro de criminalidade igual. Esperemos pelas cenas dos próximos capítulos. Por enquanto, a história de Rotherham oferece duas lições. A primeira, óbvia, é mostrar como o pensamento politicamente correto não é apenas uma doença intelectual. Na prática, essa doença tem consequências: ao desejar "proteger as minorias" de estigmas e discriminações, os fanáticos do pensamento politicamente correto acabam desprotegendo outras minorias que estariam melhor servidas se a lei fosse igual para todos. Cega e justa.

Mas existe uma segunda lição, menos óbvia, mas igualmente importante: a covardia das autoridades de Rotherham não é apenas uma traição a gente pequena e vulnerável. Também é uma traição para a própria comunidade paquistanesa, sobretudo para os milhares de inocentes que, como lembra o enviado desta **Folha**, ajudaram a construir o país e a defender o reino na Segunda Guerra Mundial. Se os criminosos tivessem sido tratados e punidos individualmente, a comunidade paquistanesa não seria confundida com eles. Nem manchada pelos seus crimes.

Mas o pensamento politicamente correto não trata os indivíduos como indivíduos. Prefere a atitude totalitária de os tratar em rebanho, removendo-lhes a identidade - e a responsabilidade. Eis a ironia final: aqueles que defendem a "política de grupos" são os mesmos que destroem a dignidade desses grupos.

JOÃO PEREIRA COUTINHO é jornalista, escritor, historiador e comentarista e cientista político português. É professor da Universidade Católica Portuguesa e comentarista do Correio da Manhã e da TVI24 em Portugal. **Jornal FOLHA DE SÃO PAULO, Setembro de 2014.**

Carta aberta para Gregório (TATI BERNARDI)

AMIGO, seu último texto estava ótimo. Fiquei muito feliz com os elogios à minha cidade. Eu ainda não comprei uma bicicleta pra gente dar umas bandas junto, mas também curto o Haddad. Dito isso, o que eu quero mesmo é te dizer outra coisa. Entre as chatices de morar em São Paulo (e você entrará em contato com algumas quando sua paixão neófito cessar e a realidade voar na sua janela, intrusiva e cinza como uma pomba envenenada por uma valeta tóxica), namorar o clássico coxinha paulistano é a maior delas.

Você não sabe o que a gente sofre aqui. E nem pode imaginar (ou talvez possa) o quanto a gente é feliz quando descola um namoradinho carioca (ou de qualquer lugar, mas com alma de namoradinho carioca). Tá, talvez soe grosseiro, num primeiro momento, namorar um cara que acha que "cinco quadras da sua casa" é te deixar na porta. Talvez, quando ainda não se está muito acostumada com esse fenômeno maravilhoso chamado carioca, dê um certo desespero o cara rachar conta de 14 reais na lanchonete. Sim, eles demoram sete anos pra assumir que "o lance é sério" (seja qual for o lance) e isso também não é muito legal.

Mas é só criar um pouco mais de intimidade e toda a magia faz sentido. O senso de humor do carioca é uma bênção. A taradice do carioca é Deus mandando um hashtag "disse que não te abandonaria" para as moças. A morenice do carioca é 3 meses de férias escolares na praia, numa única noite de frio em São Paulo. Ouvir um "goxxtosa" no ouvido equivale a cinco bilhões de "oi querida, te comprei um presente".

Hoje em dia eu tô preferindo pagar a conta do moço na pizzaria Guanabara a ser convidada a jantar, sem levar minha carteira, no Maní e aturar mais um daqueles papos sobre "então, meu, virei VP e ando super angustiado, sabe?" O clássico carioca pé rapado é cem vezes mais charmoso e interessante que o clássico paulistano playboy. E oferece riquezas espirituais e carnavais que um coxa jamais conseguirá alcançar. Dói amar um carioca mas, quando se atinge esse estágio magnânimo, uma coisa maravilhosa acontece: ostentar se torna brega. Ter status é quase não ter caráter. Dinheiro é tipo pochete. Andar a pé é vida.

Namorar carioca é o alívio cômico de toda uma vida amorosa tragicômica. Eu vivo ocupada, cheia de trabalho, de dor nas costas, de prazos estourados pra entregar textos. Tenho tempo pra ser uma perua? Não. Tenho saco pra ser uma mocinha urbana fashion gatinha 24 horas por dia? Menos ainda. Pois os cariocas, esses salvadores, entendem e aplaudem meu estilo "penso mil vezes antes de colocar um salto alto e me besuntar inteira de maquiagem". Alguns até acham sexy minhas unhas com o esmalte pela metade.

Quando dá onze da noite e eu continuo digitando, meu namorado (que é carioca, óbvio: há dez anos eu só pesco e pago no Rio) inventa alguma letra de música com "sai desse computador, minha flor". E eu saio. Dane-se. Cariocas nos ensinam o dane-se e isso é apenas a arte mais valiosa da vida. Cariocas ainda usam violão pra pegar mulher, quer coisa mais bonita?

No Rio eu não preciso me montar como uma drag em dia de vingança pra ser feminina. Não preciso ter uma bolsa Prada pra estar feliz no meu trabalho. Não preciso ter calcinha La Perla porque, aff, ele arrancou com o dente e nem sabe o que é marca. Cara, São Paulo é uma cidade incrível, mas também pode ser bem ridícula. Ainda bem que, em muitos aspectos, ainda existe o Rio pra nos salvar.

TATI BRNARDI formou-se em Propaganda e Marketing pela Universidade Mackenzie, fez cursos de pós-graduação na área de roteiro e cinema, e trabalhou muitos anos como redatora publicitária nas principais agências de propaganda de São Paulo, tais como W/Brasil, Talent, Leo Burnett e AgênciaClick. É colunista desta publicação. **Jornal FOLHA DE SÃO PAULO, Setembro de 2014.**

É justa a divisão de tempo do horário eleitoral? NÃO

Distribuição desproporcional (JAIRO NICOLAU)

EM PRATICAMENTE todas as democracias, os partidos têm acesso a um tempo de rádio e televisão para apresentar os seus programas durante a campanha eleitoral. A maioria dos países permite ainda que os partidos comprem tempo de propaganda no rádio e na televisão durante a campanha.

Depois de um levantamento da legislação eleitoral de 35 países, não foi encontrado em nenhum deles um tempo tão grande de acesso dos partidos ao rádio e à televisão como no Brasil. São duas horas e dez minutos de transmissão por dia durante seis semanas, 30 minutos de inserção durante o horário comercial e mais uma hora 40 minutos de transmissão em cadeia nacional. Desde as eleições de 1982, o horário eleitoral tem sido o principal canal de comunicação dos candidatos com o eleitorado. Não sem razão, a campanha começa para valer com sua transmissão e os partidos investem grande parte dos seus recursos na produção dos programas. Quem se der ao trabalho de assistir a um programa completo de 50 minutos - não vale sair de frente da televisão - provavelmente sentirá o que senti ao fazer o experimento: esse modelo necessita ser reformulado.

O grande número de candidatos a deputado federal e estadual garante a cada um deles poucos segundos por dia. A estratégia utilizada por muitos para se distinguirem da monótona listagem de nomes é apelar para o exotismo. A lista de bufonarias é conhecida - nomes estranhos, paródias, fantasias. Os candidatos com boas propostas ficam submersos em meio à bizarrice. O horário eleitoral tem sido mais eficiente nos programas para o Executivo. Os candidatos têm mais tempo para apresentar suas propostas e podemos ver programas de excelente qualidade. Minha principal crítica a esse segmento é a desigualdade de tempo entre os candidatos. Não há justificativa para que o tempo dos três principais candidatos à Presidência da República nesta eleição sejam tão diferentes. Dilma Rousseff (PT) tem cinco vezes e meia o tempo de Marina Silva (PSB).

Por que a distribuição do tempo para os candidatos ao Executivo é tão desigual? Porque a legislação é baseada em um critério cumulativo. Cada partido têm um tempo que é definido segundo a votação obtida nas eleições anteriores para Câmara dos Deputados. Por isso, boa parte das negociações para a formação de coligações eleitorais está associada a não só garantir alguns segundos a mais de tempo de rádio e TV, mas também para evitar que esse tempo se transfira para as coligações adversárias.

O formato eleitoral foi desenhado para um Brasil que não existe mais. Um país no qual tínhamos meia dúzia de canais de televisão e poucos canais de rádio em cada cidade. Assistir ao horário político era compulsório para quem não quisesse desligar a televisão. Pesquisas de opinião mostram que sua audiência cai a cada eleição. Precisamos pensar em formatos mais eficientes de propaganda eleitoral pública no Brasil. Deixo duas sugestões. A primeira é utilizar o horário em cadeia apenas para os candidatos ao Executivo, transferindo as propagandas de deputado federal e estadual para as inserções no horário comercial. Para estes últimos, o objetivo primordial é o de se fazerem conhecidos pelos eleitores, por isso a difusão durante a programação comercial é mais eficiente.

A segunda sugestão é dividir o horário em cadeia em algumas faixas de tempo. Digamos, oito, cinco, dois e um minuto. O tempo seria distribuindo segundo a votação obtida pelo partido na eleição anterior. Por exemplo, um candidato ou coligação que ultrapassasse 25% de votos ficaria com o tempo máximo. Ou seja, nenhum dos candidatos teria mais de oito minutos, independentemente do número de partidos que participem da sua coligação. Seja com essas ou outras propostas, o importante é que iniciemos uma ampla discussão para encontrar um formato mais dinâmico para o horário eleitoral.

JAIRO NICOLAU, 50, professor de ciência política da UFRJ, é autor de "Eleições no Brasil: do Império aos Dias Atuais" (ed. Zahar). **Jornal FOLHA DE SÃO PAULO, Setembro de 2014.**

É justa a divisão de tempo do horário eleitoral? SIM

Concentrando candidaturas (VITOR MARCHETTI)

É FREQUENTE a constatação entre especialistas e cidadãos de que o sistema partidário brasileiro padece de um grave problema: alta fragmentação, ou seja, um número excessivo de partidos políticos. Seus efeitos negativos poderiam ser sentidos, principalmente, em duas frentes. Na primeira, pelos custos da governabilidade, decorrentes da necessidade de formar amplas e heterogêneas coalizões. Na segunda, pela dispersão de candidaturas, dificultando a apreensão das múltiplas propostas e reduzindo a qualidade dos debates entre candidatos.

Garantir mecanismos de premiação para partidos com melhor desempenho eleitoral parece ser um caminho adequado para minimizar alguns dos efeitos negativos dessa fragmentação. Ponderar o tempo de exposição durante a propaganda eleitoral no rádio e na televisão pelo tamanho das bancadas no Congresso Nacional é uma medida da adesão social ao partido. Ainda que tenhamos fortes críticas ao nível de enraizamento dos partidos, trabalhar com alguma medida de sua adesão perante a sociedade parece melhor do que abandoná-la completamente.

Em 1995, o Congresso aprovou uma legislação que, inclusive, seguia uma lógica mais rígida para premiar e punir o desempenho eleitoral dos partidos. A cláusula de desempenho, que foi declarada inconstitucional pelo Supremo Tribunal Federal em 2006, estabelecia uma série de restrições para a atividade parlamentar aos partidos que não atingissem um desempenho eleitoral mínimo definido pela lei.

A lei traduzia a lógica de que o principal desafio do Brasil não seria o de reduzir o número de partidos, mas o de construir barreiras e medidas que pudessem afiançar o partido no acesso aos núcleos decisórios dos governos. É fato que a legislação atual acaba criando um capital político para as siglas partidárias, estimulando-as a barganhar os seus minutos de propaganda na confecção das coligações eleitorais. Eliminar esse capital, porém, pode trazer incentivos para uma dispersão ainda maior das candidaturas, essencialmente as que são para os cargos majoritários.

Um grande número de candidaturas não significa necessariamente um ganho na qualidade do debate e da representação. As eleições das últimas décadas, aliás, demonstram que os eleitores têm concentrado seus votos em um grupo mais restrito de partidos. PMDB, PT, PSDB, DEM, PSB, PP e PDT concentram boa parte dos votos majoritários e proporcionais. Que esses partidos, ou a coligação entre essas siglas, saiam prestigiados na distribuição da divisão do horário eleitoral pode indicar um esforço para parametrizar a alocação de recursos públicos. Claro que podemos dizer que a legislação acaba criando um ciclo vicioso no sistema, impedindo o surgimento de novas forças partidárias com chances concretas de ascender ao poder.

Entretanto, nossa história depois da Constituição de 1988 revelou que forças partidárias menores encontraram um ambiente institucional e social pouco refratário às suas possibilidades de crescimento. Afinal, partidos vitoriosos em uma eleição que não são bem-sucedidos no governo serão premiados com mais tempo na televisão podendo, ao fim e ao cabo, disporem de mais tempo prestando contas e expondo aquilo que não conseguiram realizar.

VITOR MARCHETTI, 35, doutor em ciências sociais pela PUC-SP, é professor-adjunto do curso de Políticas Públicas da Universidade Federal do ABC. **Jornal FOLHA DE SÃO PAULO, Setembro de 2014.**

Maioridade artística (PATRÍCIA HOMSI)

"De menor" marca a estreia de Caru Alves de Souza na direção de longa-metragens e questiona infrações cometidas por menores



Rita Batata e Giovanni Gallo em "De menor"

PREVISÍVEL na rotina de uma jovem advogada e defensora pública é ver sentados na sala de julgamento meninos de cabeça baixa, que cometeram pequenos delitos e cujo único lugar para onde voltar seria a Fundação Casa. As complicações aumentam, porém, quando o jovem que entra na sala de julgamento é seu irmão mais novo. *De menor*, em cartaz em todo o Brasil e vencedor do Prêmio do júri do Festival do Rio, se foca nas ações julgadas pelo Fórum de Santos, cidade no litoral de São Paulo, e nas crianças defendidas pela advogada Helena, interpretada por Rita Batata, que logo se vê defendendo o caso de seu irmão caçula, Caio (Giovanni Gallo).

O paralelo entre o irmão de Helena e os meninos praticamente abandonados defendidos por ela no Fórum é construído desde as primeiras cenas do filme de Caru Alves de Souza, produzido por Tata Amaral. "Quando estava escrevendo o roteiro, o Caio veio para quebrar um paradigma. Para quebrar o pensamento de que com o adolescente pobre e negro se sabe lidar. Ele está aqui [no Fórum] todo o dia", discute a diretora. "Fiquei jogando com isso, como cada personagem reagiria quando houvesse essa quebra, e a partir de uma reflexão de como a justiça brasileira julga diferente. Você acaba aliviando mais o menino que é branco, porque ele é adolescente; o pobre é marginal."

Para a atriz Rita Batata, cujo processo de imersão na personagem revelou desde o começo a relação diferente entre Caio (irmão da personagem) e os outros meninos do Fórum, o filme revela o tratamento real desses casos: "São adolescentes à margem da sociedade, que têm uma vida familiar desestruturada, não tiveram acesso à educação... São raros os casos de classe média, e, quando eles acontecem, existe um tratamento diferenciado que não deveria existir, até mesmo porque são pessoas que tiveram mais instrução".



Rui Ricardo Diaz (o promotor) e Caco Ciocler (o juiz)

O desenrolar do caso de Caio se dá no filme de maneira que seja impossível impedir a ação da lei ou antever a veracidade do depoimento do adolescente. Para Caru, essa confusão se manifesta na atitude de Caio perante o crime, principalmente por sua falta de ação ou emoção. Caru explica que, além de abrir o conflito e não resolvê-lo de antemão, a expressão da personagem adolescente reflete a inconseqüência característica de sua idade. "Quando se é adolescente, você não tem muita dimensão do que fez. O adulto faz coisas com consentimento: hoje em dia, se eu for pixar um muro, será um ato de extrema consciência. Acho que o Caio, num certo sentido, não tem capacidade de ter consciência na sua totalidade", expressa Caru Alves de Souza, menos em defesa de sua personagem do que em questionamento.

A verdade sobre os atos de Caio é o que menos importa dentro da observação do comportamento de Helena. Rita Batata resume: "Não existe uma verdade a ser assumida, o conflito tem que se resolver perante a lei, mas na relação dela com o irmão, não. O conflito fica em suspensão". Helena está acompanhada sempre do mar, para desenhar o peso e a

metáfora de jogar-se contra a corrente. Jovem demais, ela lida com o problema da defesa de Caio nas esferas familiar e profissional.

Num ambiente de julgamento muito diferente do estereótipo, o Fórum de Santos constrói um filme único. Não somente pelas roupas mais leves, mas pela proximidade dos casos, pela relação e o conhecimento do juiz e dos advogados com as crianças, o que seria impossível em São Paulo, em cujo sistema judiciário é muito mais espalhado e descentralizado: a imagem do juiz (interpretado por Caco Ciocler) é quase paterna, e a advogada Helena tenta manter uma relação com os familiares dos meninos que defende, ações vistas pelos atores durante as observações no próprio Fórum. "Se o filme fosse filmado em São Paulo, jamais teria esse comportamento, essa intimidade que se cria no Fórum. Foi determinante. Santos não está lá por acaso", diz Caru.

Nos quase noventa minutos de filme, a tensão é equilibrada por tomadas tranquilas e cenas lentas, o que auxilia o filme – e o espectador –, que, de certa forma, se torna mais reflexivo, incita um debate pessoal e político: sobre maioridade penal, sobre sociedade, Justiça e família.

PATRÍCIA HOMSI é Jornalista e escreve para esta publicação. **Revista CULT, Setembro de 2014.**

Comportamento de consumo - Seis em cada dez consumidores preferem parcelar suas compras, mesmo que acabem pagando mais pelo produto (EDGAR MELO)



MAIS da metade dos brasileiros, 52%, especificamente, assume que já fez pelo menos uma compra por impulso nos últimos meses. A conclusão é de um estudo realizado nas 27 capitais, pelo portal de educação financeira **Meu Bolso Feliz**, em parceria com o Serviço de Proteção ao Crédito (SPC Brasil).

O **levantamento** também procurou identificar com quais produtos os brasileiros mais gastaram desnecessariamente nos últimos 90 dias. Itens como roupas (29%) e calçados (19%) lideram a lista das compras supérfluas, seguidos por eletrônicos/celulares (18%) e perfumes/cosméticos (12%). Dentre as mulheres, a preferência por roupas e calçados é ainda maior: atinge 33% e 19% dos casos, respectivamente. Do lado masculino, além das despesas com roupas (24%), a aquisição de produtos eletrônicos ganha mais destaque (26%).

POR QUE E ONDE COMPRAM?

A principal justificativa dada pelos consumidores para comprar por impulso são os descontos e as promoções, mencionados por metade da amostra (50%). Vale destacar que, apesar de as promoções serem consideradas uma forma de propaganda para atrair mais público, uma parcela reduzida de apenas 2% e 1%, respectivamente, dos entrevistados assume que é influenciada por campanhas publicitárias ou pela própria ansiedade no ato da compra não planejada.

Já em relação aos locais onde são feitas as aquisições sem planejamento, o levantamento confirma o que muitos devem imaginar: os shopping centers são os campeões (35%). Em segundo lugar, ficaram as lojas virtuais (23%), em especial entre o público masculino (28% contra 19% da preferência feminina). Outros lugares também mencionados são as lojas de rua (14%), os supermercados (14%) e as lojas de departamento (4%). Na avaliação de José Vignoli, educador financeiro do portal Meu Bolso Feliz, o consumo não planejado deixa de ser um ato de prazer, a partir do momento em que essa prática conduz o consumidor ao descontrole orçamentário e, conseqüentemente, à inadimplência.

"Muitas pessoas tendem a pensar que educação financeira é fazer uma poupança. Na verdade, guardar dinheiro é só uma parte. Ser educado financeiramente significa, antes de tudo, estar bem informado e tomar decisões conscientes na hora de priorizar e organizar os próprios gastos. Somente assim o consumidor passa a ter um maior controle psicológico sobre a impulsividade", explica o educador.

À VISTA OU PARCELADO?

Será que dá para viver sem crédito nos dias de hoje? A pesquisa do SPC Brasil foi atrás da resposta: 45% dos entrevistados afirmam que não enfrentariam grandes problemas em ter de pagar tudo à vista. Entretanto, é expressiva a parcela dos que não se imaginam sem a compra parcelada. Um quarto dos consumidores (24%) admite que o crédito assume um papel essencial para as suas finanças pessoais e que, sem ele, não conseguiria fechar as contas do mês ou comprar tudo o que deseja.

O crédito é definido como algo positivo na opinião da maior parte dos consumidores ouvidos pelo estudo: para 52% dos entrevistados, ele é sinônimo de alegria ou realização de sonhos e, para 30%, o crédito serve de ajuda nos momentos de dificuldade. Somente 7% dos entrevistados pensam que o crédito representa algo negativo, que pode causar problemas e incentivar o descontrole.

O QUE É O "MEU BOLSO FELIZ"?

Para contribuir com o aprendizado da educação financeira e despertar o interesse de crianças, jovens e adultos, o Serviço de Proteção ao Crédito (SPC Brasil) lançou o Meu Bolso Feliz - <http://meubolsofeliz.com.br>. O portal oferece serviços gratuitos, como calculadoras financeiras, simuladores de compras, investimentos, previdências e poupança, além de consultoria individualizada ao internauta, fornecida pelos economistas e educadores do SPC Brasil.



ENTRE O CAOS E O COTIDIANO

As manifestações populares ocorridas nos últimos meses impactaram a rotina de consumo e lazer dos brasileiros, com 39,3% e 28,9% de entrevistados, respectivamente, afirmando que, de alguma maneira, mudaram os seus hábitos ou planos por conta dos protestos. É o que revela a pesquisa sobre segurança pública realizada pela Fecomércio RJ/Ipsos. Quando os entrevistados foram questionados sobre qual seria a melhor solução para resolver o problema da criminalidade e da violência, "Colocar mais policiais na rua" foi o tema mais mencionado (43,9%), seguido de "Fazer com que a Polícia Federal e a Polícia Estadual trabalhem mais juntas no combate ao crime". Esse foi o ponto que mais aumentou na pesquisa em comparação ao ano anterior, passando de 25,7% para 31,3%, e é recorde para esse item na série histórica. Na sequência, destacam "Aprovar leis mais duras e penas mais longas", com 30,8% e "Melhorar os salários e as condições dos policiais", com 26,4% (dado também recorde para esse item na série histórica).

MUDANÇAS

Entre os itens mais mencionados, também se destacam: "Gerar mais empregos para a população" (com 26,2% de adesão); "Implementar mais programas de primeiro emprego para jovens" (24,3%); "Treinar e qualificar melhor os policiais" (20,7%); "Aumentar verbas para saúde e educação" (18,6%); "Combater o tráfico de drogas" (18,2%); e "Dar mais opções de lazer e atividades para as crianças de 7 a 14 anos fora do horário escolar" (17,0%). Já quando se trata do movimento dos "rolezinhos", apenas 10% dos brasileiros avaliam o encontro de jovens em centros comerciais pelo País como um evento pacífico. Por outro lado, a pesquisa indica ainda que, quando os brasileiros são questionados objetivamente com relação a ações estruturais para a sociedade, 59,5% afirmam que a melhor solução para a criminalidade e a violência é prestar mais atenção às condições de vida da população, com medidas eficazes para garantir moradia, saúde, educação e emprego ao jovem, em comparação a uma política marcada pela coerção policial. Contudo, houve recuo em relação ao ano passado, quando ações sociais eram consideradas as mais eficientes por 63% dos entrevistados. A coerção como melhor solução, por sua vez, passou de 33,7% para 36,2%, de 2013 para 2014. A pesquisa de segurança pública é realizada pela Fecomércio RJ/Ipsos pelo sétimo ano consecutivo, com abrangência nacional. Conta com mil entrevistados, divididos em 70 municípios, em nove regiões metropolitanas.

Para os consumidores entrevistados, o custo total da compra nem sempre é o fator preponderante. A pesquisa apresentou aos consumidores uma simulação de compra de um aparelho de celular, que custaria R\$ 404,10 à vista, e perguntou como eles fariam para adquirir o produto. Seis em cada dez entrevistados (58%) afirmaram que optariam por pagar em parcelas, em grande parte porque preferem prestações menores, ou porque não conseguiriam comprar à vista. "A pesquisa mostrou que muitos consumidores brasileiros procuram adequar os gastos ao orçamento, mesmo sabendo que o desembolso total pode ser maior. Outros consumidores preferem prestações menores para reservar parte do salário mensal para outras compras ou para imprevistos", explica Flávio Borges, gerente financeiro do SPC Brasil.

DESCONTROLE

A pesquisa detectou comportamentos que demonstram falta de planejamento por parte dos consumidores. Mais de um terço (35%) admite que não tem o hábito de olhar o extrato bancário antes de fazer uma compra parcelada - principalmente homens (39%) e brasileiros da classe C (38%). Além disso, 12% chegam a incorporar o limite do cheque especial e do cartão de crédito como parte do orçamento disponível para ser gasto no mês. O estudo do SPC Brasil revela que muitos consumidores (21%) admitem não saber quantas prestações estão pagando atualmente. Neste quesito, os homens (24%) aparentam ser menos cuidadosos do que as mulheres (19%).

NOME SUJO

Sete em cada dez entrevistados (67%) confessam que já passaram pela experiência de ter ficado com nome sujo na praça, sendo que 20% ficaram mais de três anos nesta situação; e 13%, entre um ano e três anos. A maior parte ficou com o nome restrito por causa de faturas de cartão de crédito que deixaram de ser pagas (51%), seguido por crediário em lojas (36%), contas de telefone, TV a cabo e internet (19%), financiamentos (18%) e cheques sem fundos (14%). A pesquisa detectou que os homens tendem a ficar mais inadimplentes no cartão de crédito (56% x 46%), enquanto as mulheres citam mais o crediário em lojas (42% x 29%).

Quando questionadas sobre os motivos que as levaram a ficar devendo, 47% das pessoas ouvidas citaram o desemprego, percentual que sobe para 53% entre os entrevistados da classe C. O empréstimo de nome a terceiros, como amigos e parentes, é citado por 25% dos entrevistados. Curiosamente, 22% citam genericamente o excesso de endividamento e 20% a incapacidade de pagar as contas. Entretanto, apenas 20% confessam que a má administração das finanças foi uma das causas do problema. Na avaliação de Flávio Borges, a piora do atual cenário macroeconômico tem exercido impacto negativo sobre a situação financeira do consumidor, que já sente mais dificuldade para honrar compromissos financeiros.

CLASSE MÉDIA

O panorama da economia do País está mudando, e a classe C, que vinha em constante **ascensão**, pode sofrer queda no padrão de vida, se as previsões para o segundo semestre, após Copa do Mundo e eleição, e o próximo ano, com aumento da inflação, ocorrerem.

De acordo com a pesquisa "FACES da Classe Média", realizada recentemente pela Serasa Experian e pelo Instituto Data Popular, a classe C é composta, atualmente, por 108 milhões de pessoas. Comparando com uma nação, este público equivale à 12ª nação mais populosa do planeta, à frente da Alemanha e da França. Em 2013, a população da classe média movimentou R\$ 1,17 trilhão em compras e 58% do crédito no Brasil, o que representaria a 18ª nação em consumo. Segundo os dados da análise, a maior parte dessa faixa econômica está no Sudeste (43%), no Nordeste (26%), no Sul (15%), no Centro-Oeste e no Norte (8%).

O publicitário, analista de mercado e sócio da Free Multiagência Multiagência, Romeu Reichert, destaca que, apesar de ocorrer o aumento no poder de compra, com as futuras mudanças econômicas no País, esses consumidores tendem a continuar com as pesquisas por melhores preços, pensando no custo-benefício, porém também vão optar por produtos e serviços que tenham valores agregados - os chamados produtos *premium*. "A classe C permite-se ter algo diferenciado, tenta ser fiel a algumas marcas; entretanto, se um concorrente a encanta, não deixa de consumir a determinada marca. É um público que está apto a experimentar", ressalta.

Para o publicitário, neste cenário se sobressaem as mulheres - que foram para o mercado de trabalho em busca de independência e passaram a consumir mais e melhor - e os jovens, já que estão com níveis de escolaridade melhores, presentes no mercado de trabalho, e passaram a colaborar com a renda de casa. Eles estão consumindo mais e querendo o novo, a tecnologia e as roupas "de marca", porque desejam ganhar destaque na sociedade.

ADAPTAÇÕES

Com as possíveis mudanças econômicas, Romeu Reichert explica que as estratégias para atrair esse público deverão estar cada vez mais focadas, de maneira constante, em relacionamento e em experimentação. "As marcas deverão criar um clima, um cenário que permita experiências com os clientes. Não poderá haver qualquer tipo de enganação com a classe C, pois, com o amplo acesso às informações disponíveis em todos os ambientes, seja on-line, seja off-line, torna-se difícil convencer essa parcela da população com argumentos vazios. A possibilidade de comparação dos produtos e serviços está cada vez mais acessível, e isso não terá retrocesso, pelo contrário."

LEVANTAMENTO

O principal objetivo da pesquisa foi investigar a relação dos consumidores com a utilização do crédito e as compras por impulso. Para isso, o Serviço de Proteção ao Crédito (SPC Brasil) e o portal Meu Bolso Feliz ouviram 694 consumidores nas 27 capitais brasileiras. A margem de erro é de 3,8 pontos percentuais e a margem de confiança é de 95%.

ASCENSÃO

A pesquisa mostra ainda que a classe C pretende consumir, até o final de 2014, 8,5 milhões de viagens nacionais, 7,8 milhões de notebooks, 6,7 milhões de aparelhos de TV, 4,8 milhões de geladeiras, 4,5 milhões de *tablets*, 3,2 milhões de viagens internacionais, 3 milhões de carros e 2,5 milhões de imóveis, além de vários outros itens.

EDGAR MELO é jornalista e escreve para esta publicação. **Revista GEOGRAFIA, Setembro de 2014.**

Lucas Rocha